



RELATÓRIO ANUAL 2021

 **CMADS**
COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Assumimos a presidência da CMADS em um período extremamente delicado não apenas para as instituições, mas para o planeta inteiro. As restrições oriundas da pandemia nos obrigaram a encontrar meios criativos para trabalhar em prol da sociedade por meio do fortalecimento de políticas vinculadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Com a colaboração de cada parlamentar que compõe a Comissão, dos servidores e da sociedade, que sempre esteve envolvida com nossos trabalhos, conseguimos superar as limitações e fazer do desafiador ano de 2021 o mais produtivo dos últimos 11 anos da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Os resultados contidos neste relatório representam a união de esforços e a superação de divergências em prol da sociedade e de nossa rica e inigualável biodiversidade.

Agradeço pela dedicação de cada um que colaborou com este trabalho.

Carla Zambelli
Deputada Federal Carla Zambelli

SECRETARIA

Sob a presidência da **deputada federal Carla Zambelli**, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados encerrou seus trabalhos de reuniões e audiências públicas na quinta-feira, 16 de dezembro de 2021. Neste ano, a CMADS alcançou números recordes de proposições analisadas e aprovadas nos últimos anos.

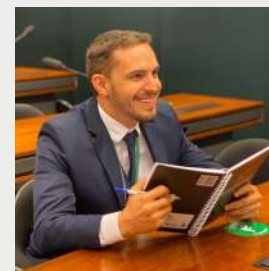
Foram 84 projetos apreciados, maior quantidade dos últimos 06 anos e a terceira desde 2011. O número está acima da média de apreciação dos últimos 11 anos, que é de 57,8 propostas analisadas.

Em 61 reuniões realizadas, a Comissão aprovou 68 projetos, 53 requerimentos, 04 emendas à Lei Orçamentária Anual e realizou 24 audiências públicas/seminário, dentre as quais, 02 reuniões com a presença de ministro de Estado do Meio Ambiente.

Carla Zambelli pontua que o trabalho realizado em 2021 mostra o compromisso da presidência em "atender às demandas que o meio ambiente rural e urbano tem perante a sociedade brasileira. Aprovamos propostas que vão ao encontro do combate aos crimes ambientais, do cuidado com os animais, a redução de burocracias e a implementação de técnicas em prol da sustentabilidade".

Pela primeira vez a CMADS realizou concurso para estimular a inovação e a bioeconomia. Criado pela presidente, o concurso premiou três projetos, que versam sobre o uso de resíduos sólidos, como os descartados por hospitais, para produzir combustíveis como bio-óleo, gás de síntese e biocarvão; economia de energia em chuveiros elétricos, por meio de um sistema que racionaliza o aproveitamento da água aquecida; e uso de plástico biodegradável para produzir embalagens que não poluem o solo, nem os oceanos, uma vez que se dissolve na água.

A Comissão compareceu, ainda, na Conferência sobre as Mudanças Climáticas de 2021, COP26, sendo representada por Zambelli, Carlos Henrique Gaguim, Joenia Wapichana, Paulo Bengtson, Rodrigo Agostinho, Zé Silva, Tabata Amaral e Nilto Tatto.



ÍNDICE

- 5 - MEMBROS | PRESIDÊNCIA
- 6 - MEMBROS | VICE-PRESIDÊNCIA
- 7 - MEMBROS | TITULARES
- 10 - MEMBROS | SUPLENTE
- 14 - AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E SEMINÁRIOS
- 26 - PROJETOS
- 46 - PROJETOS REJEITADOS
- 48 - QUEM PASSOU
- 49 - I CONCURSO INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE
- 52 - COP 26

MEMBROS | PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE - Carla Zambelli Salgado (PSL/SP)

Nascida em Ribeirão Preto (03 de julho de 1980), é gerente de projetos, especialista em Planejamento Estratégico e política brasileira. Fundadora do movimento Nas Ruas, em 2011 ganhou notoriedade pelo ativismo contra a corrupção, pelos bonecos gigantes das manifestações organizadas por ela na Paulista e por atuação na junção de pedidos de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, naquele que obteve sucesso.

Graduada em Planejamento Estratégico Empresarial. Por mais de 20 anos atuou no desenvolvimento de modelos organizacionais, desenvolvimento estratégico, gestão administrativa, centro de serviços compartilhados e change management.

Zambelli tem um perfil alinhado ao conservadorismo político, sendo liberal na economia e conservadora nos costumes. Em 31 de agosto de 2018, lançou seu 1º livro, "Não Foi Golpe – Os Bastidores da luta Nas Ruas pelo impeachment de Dilma", no qual conta sobre sua trajetória no ativismo político e destaca todo o trabalho feito para concretizar o afastamento do PT do poder, prefaciado pelo grande jurista Dr. Ives Gandra Martins.

Nas eleições de 2018, foi eleita deputada federal depois de uma campanha sem uso do fundo eleitoral. Desde então, tem afirmado sua linha de atuação na Câmara dos Deputados defendendo a melhor aplicação dos recursos públicos, por menos Estado, mais Justiça e Educação de Verdade.



MEMBROS | VICE-PRESIDÊNCIA

1º Vice-Presidente - Coronel Chrisóstomo (PSL/RO): Coronel do Exército Brasileiro, estudou no Colégio Militar de Manaus/AM, ingressou na Academia Militar das Agulhas Negras, em 1980, formando-se Aspirante a Oficial da Arma de Engenharia.

É especialista em comunicação social e operações psicológicas, com Mestrado em aplicações militares.

Foi Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Básicos de Porto Velho/RO. É vice-líder do PSL, presidente da Frente parlamentar em prol dos Jogos Eletrônicos e presidente da Frente parlamentar Brasil – Bolívia.



2º Vice-Presidente - Carlos Gomes (REP/RS): nasceu há 49 anos na cidade de Saúde (Bahia), numa família de 11 irmãos. O catador de material reciclável que chegou a deputado tem como principais bandeiras a melhoria dos serviços de Saúde e da rede de ensino, de combate às drogas, políticas de Saúde do Homem, ações voltadas às cadeias produtivas da reciclagem e também da pesca e piscicultura, além da defesa dos animais. Está em seu segundo mandato de deputado federal pelo Republicanos do Rio Grande do Sul.

É presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cadeia Produtiva da Reciclagem no Congresso Nacional; vice-presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e, no Parlamento do Mercosul (Parlasul) preside a Comissão de Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Saúde, Meio Ambiente e Turismo.



3º Vice-Presidente - Carlos Henrique Amorim (Carlos Gaguim) (DEM/TO): Deputado federal pelo Tocantins exercendo o seu segundo mandato. Ex-governador do Estado do Tocantins.

Gaguim já foi presidente da Assembléia Legislativa do TO e vereador de Palmas. Atualmente, é vice-líder da maioria do governo no Congresso Nacional.

Na Câmara dos Deputados, é membro titular da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, atuando como terceiro vice-presidente, e suplente da Comissão de Minas e Energia. Representa a bancada evangélica, o agronegócio, meio ambiente, turismo e a geração de emprego e renda.



MEMBROS | TITULARES



Beatriz Rosália Ribeiro Cavassa de Oliveira, conhecida como **Bia Cavassa**, é Deputada Federal pelo Mato Grosso do Sul-PSDB. Seu mandato começou em 2019 e, desde então, faz um amplo trabalho, atuando nas Comissões da Educação e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Como representante da mulher pantaneira segue incessante na luta em defesa ao bioma Pantanal, pelas causas de gênero, igualdade e inclusão social.



Evair de Melo, Deputado federal e vice-líder do governo na Câmara, formado em Técnico agrícola pelo IFES e em Administração de Empresas, com MBA em Gestão de Projetos pela FGV. Ex-presidente do Incaper, atualmente é presidente das Frentes Parlamentares do Cooperativismo e do Comércio Internacional e do Investimento - FrenCOMEX e vice-presidente das Frentes Parlamentares da Agropecuária, do Café e em Apoio ao Produtor de Leite.



Nelson Ned Previdente, natural da cidade de Poloni (SP), conhecido como **Nelson Barbudo**, nasceu em 14 de fevereiro de 1960. Produtor rural do município mato-grossense de Alto Taquari, iniciou sua carreira como vereador (2005-2009) pelo mesmo município. Na atividade legislativa ligada ao meio ambiente, é membro titular da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS), tendo apresentado 10 Projetos de Lei para o setor, sendo também autor de 12 relatorias.



Eleito em 2018 para o seu primeiro mandato na Câmara dos Deputados, **Paulo Bengtson** (PTB-PA) é médico veterinário e pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular. No ano de estreia, o deputado foi nomeado Corregedor Parlamentar e desde a posse, em 2019, é membro titular de importantes comissões como a de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e a de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Durante a atual legislatura, Bengtson apresentou 590 propostas legislativas e relatou outros 21 projetos.



O economista **Ricardo Izar** está no seu terceiro mandato.

Tornou-se conhecido e respeitado em todo o país por seus trabalhos norteados pela Ética na Política, pela busca por um desenvolvimento sustentável, com pleno respeito ao meio ambiente e pela proteção constante dos vulneráveis – animais, portadores de doenças degenerativas, doação de órgãos e importantes bandeiras de proteção a todos os seres.

MEMBROS | TITULARES



Stefano Aguiar é Deputado Federal há três mandatos pelo estado de Minas Gerais, é casado, pai de dois filhos. Atualmente, é membro titular na CMADS (Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável). Possui 468 propostas de Projetos de Lei de sua autoria e a mais recente, o PL 4220/21 que trata do correto descarte do lixo para sua reutilização posteriormente.



O deputado federal **Zé Vitor** (PL-MG) é engenheiro agrônomo, nascido em Araguari. Atua principalmente nas áreas de Agricultura, Meio Ambiente e Inovação. É membro das comissões de Agricultura e de Meio Ambiente da Câmara, além de integrar a Frente Parlamentar Agrícola (FPA). É o relator do Marco das Ferrovias, projeto importante para o desenvolvimento econômico do país.



Advogado, **Célio Studart** foi o vereador mais bem votado em Fortaleza em 2016 e o segundo na eleição para a Câmara Federal, em 2018, no Ceará. Causa animal, meio ambiente, enfermagem e defesa das pessoas com deficiência estão entre as principais bandeiras de sua atuação na política.



Daniel Coelho nasceu no Recife em 4 de novembro de 1978. É formado em Administração pela Universidade de Pernambuco (UPE) e mestre na mestra área pela Universidade de Bournemouth, na Inglaterra, onde morou entre 2000 e 2001.

Iniciou sua vida pública em 2003, como vereador do Recife. Em 2010 tornou-se deputado estadual em Pernambuco. Atualmente, exerce o segundo mandato na Câmara dos Deputados. Seus quase 20 anos na política são marcados pela defesa do meio-ambiente, da responsabilidade fiscal, eficiência da máquina pública e do combate aos privilégios.



Dep. **Dra. Vanda Milani**, natural de Cedras/SP, cursou Direito na UFAC, é casada com Sylas Pascoal Nogueira e mãe de Paulo, Pedro e Israel, todos médicos, sendo o último, também, Secretário de Estado do Meio Ambiente. Deputada Federal titular no exercício 2019/2023, membro titular da CDEICS, COÉTICA e CMADS, é considerada a melhor parlamentar do Estado em 2021. Na CMADS, participou de todas as importantes votações, foi a única deputada federal a participar da elaboração da Mensagem do Congresso Nacional e dos Governadores da Amazônia Legal (Carta de Madri) na COP. 25 realizado em Madri.

MEMBROS | TITULARES



Engenheiro civil, **Leônidas Cristino** trabalhou na construção de rodovias nos estados do Maranhão, Mato Grosso, Rondônia e Ceará. Foi diretor da Superintendência de Obras e Viação (Sumov) na Prefeitura de Fortaleza; secretário de Infraestrutura no governo do Ceará; secretário de Obras na Prefeitura de Sobral; prefeito de Sobral (2005-2008) e (2009-2010).



Camilo Capiberibe é deputado federal pelo Amapá, estado que governou entre 2011 e 2014, quando incentivou o desenvolvimento a partir da cadeia produtiva da floresta e melhorou os indicadores socioeconômicos. Na Câmara, é autor dos projetos de Lei para destinar 40% dos recursos do Fundo Constitucional do Norte para pesquisas e projetos de desenvolvimento que respeitem a biodiversidade da Amazônia, para instituir o Plano Nacional de Erradicação do Mercúrio na Mineração e para aumentar as penas para o crime de grilagem.



Em seu quinto mandato, o deputado federal **Leonardo Monteiro** tem sua atuação política marcada pela luta sindical, em defesa dos direitos dos trabalhadores, e na proteção ao meio ambiente, trabalhando pela valorizando e ampliação da agricultura familiar, com uma produção sustentável que garanta segurança alimentar justa ao povo brasileiro. Atua nas comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), Legislação Participativa (CLP), e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS).



Deputado Nilto Tatto (PT/SP)
Natural de Frederico Westphalen - RS

MEMBROS | SUPLENTES



O Coronel Márcio Tadeu Anhaia de Lemos (**Coronel Tadeu**) foi eleito Deputado Federal pelo Estado de São Paulo nas eleições de 2018, com 98.373 votos. O parlamentar é filiado ao PSL (Partido Social Liberal), e oficial da Polícia Militar do Estado de São Paulo desde 1984. Formado pela Academia do Barro Branco, ingressou na PM em Fevereiro de 1982, formando-se dois anos mais tarde e passando para a reserva em Janeiro de 2015.



Daniela do Waginho é professora, casada, mãe de dois filhos, da Baixada Fluminense e deputada federal pelo Rio de Janeiro. Lecionou por 20 anos, foi Secretária de Assistência Social de Belford Roxo. Além de ser municipalista, tem como bandeira as mulheres, a educação, a primeira infância e preza pelo cuidado e proteção do meio ambiente.



Edilázio Gomes da Silva Júnior nasceu em São Luís-MA, no dia 4 de maio de 1981. É casado e pai de 4 filhos. Advogado, foi deputado estadual por 2 mandatos pelo PV e hoje é filiado ao PSD. Atualmente é membro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e Relator da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.



Nascido em 13 de novembro de 1961, **José Guilherme Negrão Peixoto** é deputado federal por São Paulo. Guiga é formado em Administração de Empresas, é pós-graduado em Gestão Empresarial, técnico em Agrimensura e técnico em Ótica pelo Senac.

Natural do município de Tatuí (SP), a capital da música. Iniciou sua carreira política em março de 2016.



José Mário Schreiner, mais conhecido como **Zé Mário**, é deputado federal (DEM-GO) e vice-líder do Governo na Câmara dos Deputados. Técnico em Agronomia e Agrimensura, Zé Mário é produtor rural, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural em Goiás (Senar Goiás) e primeiro vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

MEMBROS | SUPLENTES



Nascido em 7 de novembro de 1968, no interior do Rio Grande do Sul, na cidade de Selbach, **Neri Geller** radicou-se em Mato Grosso onde se tornou agricultor e empresário. Na vida pública há 25 anos, já foi de vereador à ministro da Agricultura; Secretário de Política Agrícola do Mapa e hoje, eleito com 73.054 mil votos, representa Mato Grosso no Congresso Nacional.



Deputado Átila Lira (PP/PI)
Natural de Piripiri - PI



Fred Costa (Patriota/MG) é protetor animal e autor da Lei Sansão, que pune com prisão quem comete maus-tratos contra cães e gatos. Desde o início do mandato, atua ativamente para barrar projetos que legalizem caça ou considerem atividades cruéis, a exemplo de vaquejadas, laços e rodeios, como práticas culturais ou esportivas. Como causa de seu coração, trabalha diariamente pela defesa e proteção animal, inclusive promovendo iniciativas para trazer visibilidade aos animais.



Deputado federal por Mato Grosso, **José Medeiros** atuou mais de 20 anos como policial rodoviário federal. Bacharel em direito e matemático, Medeiros foi senador da República (2015-2018). Vice-líder do Governo Federal na Câmara, o parlamentar foi considerado um dos mais influentes do Congresso Nacional e já ganhou vários prêmios nacionais e internacionais por sua atuação, principalmente no combate a corrupção e na defesa da criança e do adolescente.



O deputado federal **Túlio Gadêlha (PDT)**, membro da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, destacou-se este ano pela atuação contra a exploração de petróleo na bacia de Fernando de Noronha, além de travar uma luta no STF contra a flexibilização das regras de licenciamento ambiental. Em Pernambuco, trabalha no combate à instalação de uma Usina Nuclear às margens do Rio São Francisco.

MEMBROS | SUPLENTES



O deputado **Zé Silva** (SD-MG), é engenheiro Agrônomo, extensionista rural, participou de três edições da Conferência Mundial do Clima, sempre com o intuito de mostrar para o mundo que o Brasil luta pela preservação do meio ambiente e sustentabilidade. O parlamentar é defensor da aprovação de leis ao Mercado de Carbono, à redução de metano e premiar quem produz e preserva ao mesmo tempo, com segurança jurídica e competitividade. Apresentou os projetos, Selo AgroVerde (4734/2020), e o Patrimônio Verde (7578/2017).



Airton Faleiro é Vice-líder do PT na Câmara dos Deputados e Coordenador do Fórum Nacional Permanente em Defesa da Amazônia.

Já foi Deputado Estadual, líder sindical e o primeiro coordenador do Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica e Região do Xingu. Foi vice-presidente e presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Pará (Fetagri) e diretor da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).



Joenia Wapichana (Rede-RR)- primeira deputada federal indígena do Brasil, pertence ao povo indígena Wapichana, de Roraima, é líder da Rede Sustentabilidade, compõe as principais Comissões Permanentes da Câmara e coordena a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas. Sua pauta principal é a defesa dos direitos dos povos indígenas.



Júlio Delgado (PSB/MG)

Natural de Juiz de Fora - MG



Merlong Solano Nogueira é natural de Inhuma- PI. Membro fundador Partido dos Trabalhadores no Piauí desde 1980. É professor universitário, graduado em Economia e Mestre em História Social pela PUC-SP. Foi deputado estadual e ocupou os cargos secretário de Estado do Planejamento, do Governo, das Cidades e da Administração e Previdência. Foi também diretor-presidente da Agência de Águas e Esgotos do Piauí.

MEMBROS | SUPLENTES



Rodrigo Agostinho é deputado federal, advogado e ambientalista. Foi presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados (2019/2020). Coordenador da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional. Vencedor da categoria Clima e Sustentabilidade do Prêmio Congresso em Foco 2019/2020/2021.



Tabata Amaral tem 28 anos e foi a 6ª Deputada Federal mais votada do estado de São Paulo, eleita com 264.450 votos em 2018. Nascida e criada na Vila Missionária, na periferia de São Paulo. Suas principais bandeiras no mandato são a educação, direito das mulheres, inovação política, combate às desigualdades e meio ambiente.

09 ABRIL**Reforma Tributária e Desenvolvimento Sustentável**
Autor: Deputado Nilto Tatto (PT/SP)

As atuais regras de cobrança de impostos no Brasil são complicadas e pouco eficientes. Além disso, os tributos pesam mais para a população pobre e de classe média. O Seminário debateu a implantação de um “Reforma Tributária 3S”, ou seja, uma reforma solidária, saudável e sustentável, que permita a cobrança de impostos mais altos sobre produtos nocivos à saúde e sobre setores que lucram às custas do Meio Ambiente.

Participaram como palestrantes no Seminário: Mônica Andreis, Diretora Executiva de Promoção em Saúde; Claudio Fernandes, integrante do Grupo de Trabalho Agenda 2030; Deputado Nilto Tatto; Marcello Baird, André Lima e Kátia Maia, Diretora Executiva da OXFAM (Comitê de Oxford para alívio da fome).

A realização do Seminário foi importante para entender os problemas existentes no nosso sistema tributário, para buscar caminhos para permitir um maior crescimento da economia e geração de mais empregos no país.

26 ABRIL**Situação Socioambiental nas Terras Indígenas**
Autores: Deputados Joênia Wapichana (REDE/RR)
e Coronel Chrisóstomo (PSL/RO)

Segundo a Deputada Joênia Wapichana, as ações de proteção e vigilância territorial por parte da Funai vêm diminuindo e assim a população indígena fica mais sujeita à ação de grileiros, garimpeiros, madeireiros e outros. A Audiência Pública debateu a importância de existir uma gestão ambiental nas terras indígenas.

Participaram do debate os seguintes convidados: Fernando Viana, Membro do Indigenistas Associados, Ubiratan de Souza Maia, Membro da tribo Wapichana de Roraima, Antônio Oviedo, Coordenador do Programa de Monitoramento de Áreas Protegidas do Instituto Socioambiental, Ivo Cípio Aureliano, Assessor Jurídico do Conselho Indígena de Roraima, Élcio Severino da Silva Manchineri, Coordenador de Territórios e Recursos Naturais na Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Felisberto de Souza Cupudunepá, Representante da Aldeia Masepô do Mato Grosso, e José Lucas Lemos Duarte, Representante da Tribo Tukano.

03 MAIO

Comparecimento do Sr. Ministro Ricardo Salles
Autores: Deputado Camilo Capiberibe (PSB/AP)
e Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR)

A Reunião de Comparecimento do Ministro do Meio Ambiente foi realizada de forma conjunta com a Comissão de Viação e Transportes. Ricardo Salles falou de elogios internacionais ao anúncio, feito na cúpula climática promovida pelos Estados Unidos, de que o Brasil vai eliminar o desmatamento ilegal até 2030 e atingir a neutralidade climática em 2050.

O Ministro afirmou ainda que o governo brasileiro estabeleceu uma boa relação com o governo dos EUA, com discussões semanais com conteúdo e técnica, construindo a possibilidade de acordo não só para o combate ao desmatamento ilegal, mas também para questões climáticas do planeta.

Em relação ao desmatamento da Amazônia, o Ministro informou que o atual estágio é reflexo da falta de regularização fundiária, zoneamento econômico-ecológico e bioeconomia para viabilizar o sustento de milhões de pessoas. Quanto às queimadas, Ricardo Salles disse ter ampliado a quantidade de brigadistas, helicópteros e aviões de combate ao fogo, mas admitiu que a fiscalização sofreu impacto da pandemia.

10 MAIO

Reserva Biológica Marinha do Arvoredo
Autor: Rodrigo Agostinho (PSB/SP)

A Audiência Pública debateu o Projeto de Lei nº 4.198/2012, que transforma a Reserva Biológica Marinha do Arvoredo em Parque Nacional Marinho do Arvoredo. Nas reservas biológicas, é permitida a visitação apenas se o passeio tiver objetivo educacional. Já nos parques nacionais, a visitação pública é permitida.

Participaram do evento os seguintes convidados: Senador Esperidião Amin, Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça, Paulinha, Deputada Estadual de Bombinhas-SC, e Paulinho, Prefeito de Bombinhas-SC.

A transformação da Reserva Biológica em Parque Nacional permitirá o desenvolvimento sustentável dos municípios vizinhos, possibilitando a geração de empregos.

14 MAIO

Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA **Autor: Camilo Capiberibe (PSB/AP)** **e Coronel Chrisóstomo (PSL/RO)**

A Audiência Pública foi destinada a debater o Projeto de Lei nº 6.289/2019, que inclui as Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal no Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). A inclusão dos Corpos de Bombeiros Militares no SISNAMA é importante para permitir uma atuação mais efetiva das corporações militares, com a possibilidade de aplicação de penalidades para infrações ambientais e repasse de recursos para financiar o trabalho da Corporação.

Participaram do debate os seguintes convidados: Denis Rivas, Presidente Nacional da Associação dos Servidores Ambientais Federais, Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho, Subprocurador-Geral da República, Thiago Zucchetti Carrion, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao IBAMA, Ana Maria Juliano, Representante da Confederação Nacional das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, Rodolfo Queiroz Laterza, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, Josenildo Jacinto do Nascimento, Coronel da Polícia Militar de Rondônia, Eloízio Ferreira do Nascimento, Comandante do Grupamento de Aviação Operacional do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, e Suely Vaz, Especialista em Políticas Públicas no Observatório do Clima.

07 JUNHO

Zona de Amortecimento das Unidades de Conservação **Autor: Rodrigo Agostinho (PSB/SP)**

A Audiência Pública debateu o Projeto de Lei nº 1.205/2019, que dispõe sobre a Zona de Amortecimento das Unidades de Conservação. A Unidade de Conservação busca proteger o Meio Ambiente do seu próprio território, já a Zona de Amortecimento tem por finalidade proteger o bioma no entorno da Unidade de Conservação.

Participaram do debate os seguintes convidados: Angela Kuczach, Secretária Executiva da Rede Nacional Pró Unidades De Conservação, Roberto Palmieri, Gerente de Programação do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, e Maria Dalce Ricas, Superintendente da Associação Mineira de Defesa do Ambiente.

A Audiência foi importante para entender a necessidade da consulta pública para a definição de corredores ecológicos, que são áreas exploradas economicamente no entorno de unidades de conservação ambiental.

18 JUNHO

Terceiro Setor

Autora: Deputada Carla Zambelli (PSL/SP)

A Audiência Pública foi realizada com o objetivo de conhecer, debater e incentivar as ações do Terceiro Setor na preservação, pesquisa, desenvolvimento e outras ações voltadas aos biomas nacionais e, também, aos desafios encontrados pelas organizações da sociedade que trabalham em prol de um meio ambiente equilibrado.

O evento contou com a participação dos seguintes convidados: Lorenzo Carrasco, escritor e jornalista, Rodinei Escobar Xavier Candeia, Vereador de Passo Fundo e Procurador Regional de Erechim, Edward Luz, Mestre e Ex-Doutorando em antropologia social, Consultor Parlamentar e Pesquisador da Ação das ONGS no Brasil, Alzenildo Kaba Munduruku, Secretário da Associação Indígena Pusuru, e Fernando Carlos Wanderley Rocha, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.

25 JUNHO

Desapropriação e Indenização de Propriedades

Autor: Deputado Rodrigo Agostinho (PSB/SP)

A Audiência Pública debateu o Projeto de Lei nº 2001, de 2019, que estabelece que novas unidades de conservação de domínio público, quando incluírem propriedades privadas, só poderão ser criadas se houver recursos disponíveis no orçamento da União para a indenização dos proprietários afetados.

Participaram do debate os seguintes convidados: Leonardo Pappi, Advogado e Professor de Direito Ambiental, Rodrigo Justos de Brito, Coordenador do Meio Ambiente da CNA - Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil, Angela Kuczach, Secretária Executiva da Rede Nacional Pró Unidades De Conservação, Leandro Mitidieri, Coordenador do GT de UC do MPF, e Pedro Puttini Mendes, Doutorando em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, Mestre em Desenvolvimento Local.

06 AGOSTO

Ciência, Tecnologia de materiais no Fomento da Bioeconomia **Autora: Deputada Carla Zambelli (PSL/SP)**

O objetivo da Audiência Pública foi discutir formas de exploração das potencialidades, tecnologia e materiais do Brasil para que seja possível fomentar a bioeconomia e desenvolver o país de modo sustentável.

O debate contou com a presença dos seguintes expositores: Celso Moretti, Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Diego Piazza, Coordenador da Universidade de Caxias Do Sul, Evaldo Kuiava, Reitor da Universidade de Caxias Do Sul, Hugo Souza, Diretor da Zextecnano, Bruno César Prosdocimi Nunes, Coordenador-Geral de Ciência para Bioeconomia do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, Felipe Bellucci, Coordenador-Geral de Tecnologias Habilitadoras, da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações, e Glaura Goulart Silva, Coordenadora-Geral do Centro de Tecnologia e Nanomateriais da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovações.

13 AGOSTO

Erosão territorial e assoreamento das margens fluviais no Arquipélago do Bailique **Autor: Deputado Camilo Capiberibe (PSB/AP)**

O objetivo da Audiência foi debater a erosão territorial e o assoreamento das margens fluviais na região compreendida entre a foz dos rios Araguaia e Amazonas.

De acordo com o proponente, os problemas relacionados ao fenômeno se intensificaram gravemente, o que impôs a necessidade de identificação imediata e definitiva das ações responsáveis pela intensificação do processo, bem como, a necessidade de adoção de medidas urgentes para a redução e compensação dos impactos gerados.

O debate contou com a presença dos seguintes expositores: Gentil Nogueira de Sá Junior, Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Aneel, Admilson Moreira Torres, Geólogo Pesquisador do Núcleo de Pesquisas Aquáticas do IPEA, Valdenira Ferreira dos Santos, Geóloga Pesquisadora do Núcleo de Pesquisas Aquáticas do IEPA, e Paulo Mota Rocha, Presidente do Conselho Comunitário do Bailique.

20 AGOSTO

Brasil na Conferência do Clima em Glasgow **Autor: Deputado Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG)**

A Audiência Pública discutiu com o Governo Federal e as organizações, os projetos e propostas que o Brasil levaria à Conferência do Clima em Glasgow – a COP26. A Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima foi criada em 1992, com o objetivo de estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que impeça uma interferência humana perigosa no sistema climático.

O debate contou com a participação dos seguintes convidados: Marcelo Donnini Freire, Secretário Adjunto da Secretaria de Clima e Relações Internacionais do Ministério do Meio Ambiente, Fernando Camargo, Secretário de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Marco Morato de Oliveira, Analista Técnico-Econômico da Organização das Cooperativas Brasileiras, Sandra Paula Bonette, Secretária de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Wesley Passaglia, Diretor Técnico da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão, Muni Lourenço Silva Junior, Vice-Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Nivaldo Magalhães, Presidente da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, Cristina Pandolfo, Pesquisadora da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

24 AGOSTO

Ministro do Meio Ambiente **Autores: Deputada Carla Zambelli (PSL/SP)** **e Aluisio Mendes (PSC/MA)**

A Audiência Pública foi realizada em conjunto com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. O evento contou com a presença do Excelentíssimo Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Álvaro Pereira Leite, para apresentar a nova agenda programática e as prioridades da nova gestão ministerial.

O Ministro informou que o Brasil teria uma grande estrutura na COP-26, com um estande na Escócia e um estúdio em Brasília, para apresentações virtuais. Em relação ao desmatamento, Joaquim Leite afirmou que não se pode combatê-lo sem remunerar quem cuida da floresta, e mencionou o pagamento por serviços ambientais e as compensações por crédito de carbono. O Ministro citou ainda os programas de retirada dos lixões e destinação de materiais poluentes, como remédios e baterias, e destacou também as mudanças no sistema de concessão dos parques nacionais e o combate aos incêndios.

26 AGOSTO

Impactos de Zoneamento Ecológico Econômico **Autor: Deputado Victor Hugo (PSL/GO)**

O objetivo da Audiência Pública foi debater possíveis impactos que projetos de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) podem gerar ao Brasil. Esse instrumento técnico e político de planejamento estabelece diretrizes de ordenamento e de gestão do território, considerando as características ambientais e a dinâmica socioeconômica de diferentes regiões do estado.

Participaram: Deputado Estadual de Mato Grosso, José Eugênio de Paiva; Oton Nascimento, Engenheiro civil; Gideon Danni da Rosa, Analista Legislativo; Márcio Conceição Nunes de Aguiar, Prefeito de Cocalinho/MT; Caio Penido, do Instituto Mato-Grossense da Carne; Dra. Carmen Bruder, da Associação de Fazendeiros do Vale do Araguaia; Dalva Maria de Lima Peres, ex-Prefeita de Cocalinho/MT; Vanessa Silveira, do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento; Lucélia Avi, do Núcleo Técnico da Federação de Agricultura e Pecuária do Mato Grosso; Herman Oliveira, do Fórum Mato Grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento; Dra. Solange Ikeda, Doutora em Ecologia e Recursos Naturais da UEMT; Dr. Alexandre Cesar, Professor da UFMT; Kulumaka Kau Matipu, da Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Mato Grosso; e Sandro Brandão Campos e Keile Pereira, da Secretaria de Planejamento e Gestão do Mato Grosso.

27 AGOSTO

Brasil na Conferência do Clima em Glasgow **Autores: Deputados Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG)** **e Nilto Tatto (PT/SP)**

O objetivo da Audiência Pública foi discutir com o Governo Federal e as organizações, os projetos e propostas que o Brasil levaria à Conferência do Clima em Glasgow – a COP26. A Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima foi criada em 1992, com o objetivo de estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que impeça uma interferência humana perigosa no sistema climático.

O evento foi realizado com a participação dos seguintes convidados: Adriana Ramos, Coordenadora do Programa de Políticas e Direitos Socioambientais do ISA, Alexandre Prado, Diretor de Economia Verde do WWF-Brasil, Arnildo Schidt, Diretor de Assuntos Internacionais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul, Guilherme Velten Junior, Assessor de Meio Ambiente e Pecuária Familiar da Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul, Rachel Biderman, Cofacilitadora da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, Suely Araújo, Especialista em Políticas Públicas no Observatório do Clima, e Mário Mantovani, Líder de Advocacy da SOS Mata Atlântica.

03 SETEMBRO

Leishmaniose no Brasil

Autores: Deputados Fred Costa (PATRIOTA/MG) e Ricardo Izar (PP/SP)

A Audiência Pública foi destinada a debater a Leishmaniose no Brasil. As leishmanioses são um conjunto de doenças causadas por protozoários do gênero *Leishmania* e da família *Trypanosomatidae*. De modo geral, essas enfermidades se dividem em leishmaniose tegumentar americana, que ataca a pele e as mucosas, e leishmaniose visceral (ou calazar), que ataca órgãos internos.

O debate contou com a presença dos seguintes expositores: Gilberto Fontes, Professor Titular de Parasitologia da Universidade Federal de São João Del-Rei, Gabriela Soares Maia, Fundadora da Direito Animal Brasil, Francisco Edilson Ferreira de Lima Júnior, Técnico do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, Monique Mosca Gonçalves, Promotora de Justiça de MG Representando a Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna do Ministério Público de Minas Gerais, e David Soeiro Barbosa, Pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais.

10 SETEMBRO

Parque Nacional Mapinguari

Autora: Deputada Joênia Wapichana (REDE/RR)

A Audiência debateu o Projeto de Lei nº 11.133/2018, que modifica os limites do Parque Nacional Mapinguari.

Localizado em Canutama e Lábrea (AM), tem o objetivo de preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, para pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico.

O debate contou com a participação de Dimas Maintinguer, da Usina Hidrelétrica Santo Antônio; Luiz Fernando Nova Garzon, da Universidade Federal de Rondônia; Iremar Antônio Ferreira, do Instituto Madeira Vivo; Tito Menezes, das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; Francisco Kelvim, do Movimento dos Atingidos por Barragens; Rodrigo Fornari, do Ministério de Minas e Energia; Nolita Almeida Cortizo, do ICMBIO; Julia Sagaz, da FASE e da ABIAPE; Flávio Neiva, da FASE; Regis Fontana Pinto e Silvia Bezerra de Goes, do IBAMA; Edmilson Matos Candido, da FIERO; e Tarcizio Celso de Castro, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa.

17 SETEMBRO

Mercado Brasileiro de Redução de Emissões **Autora: Deputada Carla Zambelli (PSL/SP)**

A Audiência Pública analisou e debateu o Projeto de Lei nº 528/2021 que regulamenta o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões, conhecido como MBRE, que foi determinado na Política Nacional de Mudança do Clima. O objetivo é reduzir a emissão de gases do efeito estufa, diminuindo o aquecimento global.

Participaram do debate os seguintes convidados: Marcio Rojas, Diretor do Departamento de Ciências da Natureza do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, Marcelo Donnini Freire, Secretário Adjunto da Secretaria do Clima e Relações Internacionais do Ministério do Meio Ambiente, Davi Bomtempo, Gerente Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria, Rodrigo Justus de Brito, Consultor na Área de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Larissa Packer, Membro da Equipe da Organização Internacional Grain e do Grupo Carta De Belém, Natalia Braga Renteria, Representante do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, Tiago Ricci, Advogado especialista em Políticas Públicas Climáticas, e Philip Fearnside, Representante do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

01 OUTUBRO

Mercado Brasileiro de Redução de Emissões **Autora: Deputada Carla Zambelli (PSL/SP)**

O objetivo da Audiência Pública foi ampliar o debate sobre o Projeto de Lei nº 528/2021. Foi o segundo evento para discussão do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões, que foi determinado na Política Nacional de Mudança do Clima, Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

O evento contou com a participação dos seguintes convidados: Cláudio Oliveira, Vice-Presidente de Relações Institucionais e Sustentabilidade da Raízen, Jorge Soto, Diretor de Desenvolvimento Sustentável da Braskem, Andrea Carla Cunha, Diretora de Assuntos Técnicos da Associação Brasileira da Indústria Química, Marcelo Moraes, Presidente do Fórum de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Setor Elétrico, Jorge Vicente Peron Mendes, Gerente de Sustentabilidade da FIRJAN, Gonzalo Visedo, Gerente de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Sindicato Nacional da Indústria de Cimento, Luciano Rodrigues, Diretor de Economia da União da Indústria de Cana-De-Açúcar, Bernardo Pires, Gerente de Sustentabilidade da ABIOVE, Fabíola Zerbeni, Diretora Regional para América Latina da Tropical Forest Alliance, Rodrigo Savaia, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica, Paulo Dallari, Diretor de Relações Governamentais da Natura&Co, e Munir Soares, PHD em Energia e Mudança Climática, especialistas em mercados de carbono e políticas públicas sobre mudança do clima.

07 OUTUBRO

Bionsumos por Manejo Biológico on farm
Autores: Deputados Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG)
e Nelson Barbudo (PSL/MT).

Audiência Pública realizada em conjunto com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. O objetivo foi debater o Projeto de Lei nº 658/2021, que dispõe sobre a classificação, tratamento e produção de bionsumos por meio do manejo biológico on farm (dentro da propriedade). Os bioinsumos são organismos vivos, como bactérias, insetos ou plantas, usados para melhorar a fertilidade do solo ou controlar pragas.

O evento foi realizado com a participação dos seguintes palestrantes: José Guilherme Tollstadius Leal, Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Caio Augusto de Almeida, Gerente de avaliação de segurança toxicológica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Juliana Carvalho Rodrigues, Coordenadora-Geral da CGASQ do IBAMA, Rose Monnerat, pesquisadora e bióloga da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Christian Lohbauer, Presidente da Croplife Brasil - Administradora de Benefícios, Rogerio Dias, Presidente do Instituto Brasil Orgânico, e Frei Sérgio Antônio Gorgen, integrante da Coordenação Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores.

08 OUTUBRO

Brasil na Conferência do Clima
Autores: Deputados Camilo Capiberibe (PSB/AP)
e Neri Geller (PP/MT)

A Audiência Pública realizada para continuar os debates dos projetos e propostas que o Brasil levaria à Conferência do Clima em Glasgow – a COP26. Esta foi a terceira audiência realizada para discussão da Conferência do Clima que viria a ser realizada em novembro.

Participaram do evento os seguintes expositores: Embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto, Secretário de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania do Ministério de Relações Exteriores, Luis Fernando Guedes Pinto, Diretor de Conhecimento da SOS Mata Atlântica, Cássia Marques da Costa, Gerente de Desenvolvimento Institucional da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade, Ane Alencar, Diretora de Ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Gabriel Mantelli, Advogado e Assessor da CONECTAS Direitos Humanos, e Rodrigo Savaia, Presidente Executivo da ABSOLAR - Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica.

15 OUTUBRO

Natureza Jurídica dos Animais Domésticos **Autor: Deputado Ricardo Izar (PP/SP)**

A Audiência Pública discutiu a natureza jurídica dos animais domésticos. O intuito era esclarecer dúvidas acerca do mérito do PL 6.054/2019.

O debate teve a participação de Richard Rasmussen, biólogo, naturólogo, apresentador e embaixador do ecoturismo brasileiro pela Embratur; Vicent de Paula Ataíde Junior, Juiz Federal e Professor da UFP; Rúbia Baja, do Clube dos Gatos do Paraná; Frank Alarcón, Biólogo e Doutor em Ética Aplicada; Reynaldo Velloso, da OAB-Federal; Ubiratan Rabadan, da Federação Brasileira de Adestradores de Animais; Monique Mosca Gonçalves, Promotora de Justiça de Minas Gerais; Rodrigo Montezuma, do Conselho Federal de Medicina Veterinária; Vânia de Fátima Plaza Nunes, Médica Veterinária e do Fórum Nacional de Proteção e Defesa Animal; Jeferson da Rocha, da Associação Nacional de Defesa dos Agricultores, Pecuaristas e Produtores da Terra; Darson de La Torre, Advogado e da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação; Fábio Amorim, da Confederação Brasileira de Cinofilia; Wagner Ávila, Criador Animal Representante dos Criadores de Animais; e Guilherme Bunger, do Sindicato Nacional dos Criadores de Animais.

22 OUTUBRO

Povos Indígenas Brasileiros na COP 26 **Autora: Deputada Joênia Wapichana (REDE/RR)**

A Audiência Pública debateu a contribuição dos povos indígenas brasileiros na COP 26. A proponente lembrou que os povos indígenas já possuem a tradição de enviar suas contribuições às edições anteriores da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e considerou de fundamental importância que a Comissão, dada a sua atribuição regimental, possibilitasse a participação e contribuição dos povos indígenas na COP-26.

O evento contou com a participação dos seguintes expositores: Tito Sater Mawé, Advogado da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Paulo Tupiniquim, Representante da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, Douglas Jacinto Kaigang, Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Sul, Jéssica Maria, Representante do Conselho Indígena de Roraima, Adão Francisco Henrique, Diretor da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, Maurício Tome Rocha, Representante da Hutukara Associação Yanomami; e Elizeu Caetano, Representante da Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste.

18 NOVEMBRO

Licenciamento de Empreendimentos de Irrigação **Autor: Deputado Rodrigo Agostinho (PSB/SP)**

A Audiência Pública foi realizada em conjunto com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural para debater o Projeto de Lei nº 5.085/2020, que transforma em lei regras sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos de irrigação. Segundo o proponente, o tema precisa ser debatido, uma vez que a escassez de água tem provocado o desabastecimento e secas mais severas.

Participaram do evento os seguintes expositores: Antônio Felipe Guimarães Leite, Coordenador de Programas de Agricultura Irrigada do MAPA; Rodrigo Mendes Xavier, Analista de Infraestrutura, Coordenador de Polos e Projetos de Irrigação do MDR; Suely Mara Vaz Guimarães, Especialista em Políticas Públicas no Observatório do Clima; Maurício Guetta, Consultor Jurídico do Instituto Socioambiental; Malu Ribeiro, Diretora de Políticas Públicas da SOS Mata Atlântica; Eugênio Pantoja, Diretor de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial do IPAM; Welson Lima Simões, Pesquisador da Embrapa Semiárido; Jordana Gabriel Sara Girardello, Assessora Técnica da Comissão Nacional de Irrigação da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil e Leonardo Braúna, Assessor Técnico da Associação Brasileira dos Produtores de Soja.

16 DEZEMBRO

Política Nacional de Qualidade do Ar **Autor: Deputado Camilo Capiberibe (PSB/AP)**

A Audiência Pública foi realizada para debater o Projeto de Lei nº 10.521/2018, que institui a Política Nacional de Qualidade do Ar e cria o Sistema Nacional de Informações de Qualidade do Ar. Entre os objetivos propostos estão o monitoramento da qualidade do ar e a redução progressiva de emissões e de concentração de poluentes atmosféricos.

O evento contou com a participação dos seguintes convidados: Hélio Wicher Neto, Coordenador de Advocacy da Coalizão Respirar; Wanderley Coelho Batista, Especialista em Políticas e Indústria da CNI - Confederação Nacional da Indústria; Patricia Faga Iglecias Lemos, Presidente da CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, Representando A ABEMA - Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente; e Carlos Dora, Presidente da Sociedade Internacional para Saúde Urbana.

**MARÇO****PL 2942/2019****Autor: Senado Federal - José Serra****Relator: Bia Cavassa (PSDB-MS)**

Em 2021, A CMADS facilitou a vida do empreendedor sem deixar de lado a proteção ao do meio ambiente. O primeiro Projeto de Lei aprovado permite que informações obtidas em estudos de impacto ambiental anteriores poderão ser aproveitadas no licenciamento de outros empreendimentos localizados na mesma região.

“Percebe-se que o PL do nobre Senador José Serra trará uma maior eficiência e racionalidade na condução da elaboração dos estudos ambientais dos processos de licenciamento ambiental.” - Deputada Bia Cavassa - Relatora

**ABRIL****PL 2452/2011****Autor: Efraim Filho - DEM/PB****Relator: Paulo Bengtson - PTB-PA**

Foi aprovado o Projeto de Lei que regulamenta as tradicionais vaquejadas respeitando o bem-estar animal, os atletas, os trabalhadores e principalmente o público. A vaquejada é uma manifestação cultural que atrai o turismo e investimentos para a região nordeste.

**MAIO****PL 5634/2019****Autor: Otto Alencar Filho - PSD/BA****Relator: Rodrigo Agostinho - PSB-SP**

Este Projeto de Lei permite que o plantio de espécies nativas para a recuperação ou restauração de áreas ecologicamente sensíveis na propriedade rural seja dispensado de autorização ou licença do Poder Público.

PROJETOS



PL 6610/2019

Autor: Ricardo Izar (PP-SP)

Relator: Zé Vitor (PL-MG)

Neste ano, a proteção animal também foi prioridade da Comissão. Foi aprovado o projeto que proíbe a eliminação de cães e gatos pelos órgãos de zoonoses, canis públicos e congêneres.

“Se faz primordial não permitir que animais sadios sejam cruelmente exterminados em centros de zoonose de todo o país, estando esses em plenas condições de salubridade para participarem de feiras e programas de adoção.” - Deputado Ricardo Izar – Auto



PL 4629/2020

Autor: Senado Federal - Carlos Fávaro - PSD/MT

Relator: Zé Vitor (PL-MG)

Combater as queimadas esteve entre os temas mais discutidos da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2021. A aprovação da matéria em questão permite que os aviões, utilizados para irrigação das plantações, sejam utilizados, pelo Governo, no combate aos incêndios florestais.

“Com o uso da aviação agrícola, em vez de comprar aviões, contratar pilotos e arcar com todo o custo de instalação, manutenção, treinamento e pessoal (estrutura que ficaria ociosa por oito meses), o poder público terceirizaria plantões e horas voadas somente nos meses de incêndios.” - Deputado Zé Vitor - Relator



PL 5481/2020

Autor: Fred Costa - PATRIOTA/MG

Relator: Daniel Coelho - CIDADANIA-PE

Aprovada a Campanha “DEZEMBROVERDE”, dedicada a ações de conscientização contra o abandono de animais.

PROJETOS



MAIO

PL 4198/2012

Autor: Rogério Peninha Mendonça - PMDB/SC

Relator: Rodrigo Agostinho - PSB-SP

A Reserva Biológica Marinha do Arvoredo fica recategorizada como Parque Nacional e passa a denominar-se Parque Nacional Marinho do Arvoredo.



MAIO

PL 3887/2019

Autor: Célio Studart - PV/CE

Relator: Fred Costa - PATRIOTA/MG

Os animais silvestres não poderiam ser deixados de lado e, para garantir sua proteção, a aprovação do PL 3887/2019 foi fundamental, uma vez que todos os órgãos ambientais do Brasil divulgarão publicamente a lista de animais silvestres ameaçados de extinção.

“O presente Projeto de Lei tem como objetivo fomentar ainda mais a defesa de espécies em extinção atentando, sobretudo, para a fauna local de cada região.” - Deputado Célio Studart - Autor

“Compreender o estado de conservação da fauna e flora do Brasil é o ponto de partida básico para um planejamento robusto das medidas que devem ser tomadas para reduzir o risco de extinção das espécies e garantir sua sobrevivência.” - Deputado Fred Costa - Relator



JUNHO

PL 1205/2019

Autor: Pinheirinho - PP/MG

Relator: Paulo Bengtson - PTB-PA

Aprovamos o projeto que propõe a alteração nos critérios do prazo da definição de zonas de amortecimento de unidades de conservação e corredores ecológicos no que tange à necessidade prévia de haver estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados às zonas de amortecimento e corredores ecológicos e impondo restrições de criação destas áreas em áreas urbanas consolidadas.

PROJETOS



PL 3336/2019

Autor: Rodrigo Agostinho - PSB-SP

Relator: Paulo Bengtson (PTB-PA)

Conservar a biodiversidade foi uma principais preocupações da Comissão. Neste sentido, foi aprovado o Projeto de Lei que versa sobre a atuação e estabelecimento de zoológicos, aquários, criadores e mantenedores conservacionistas como centros de conservação da biodiversidade. Dentre as atuações desses centros estão as pesquisas científicas, educação ambiental e para conservação.

“O estabelecimento de uma nova lei para as atividades exercida pelos zoológicos e aquários é uma demanda antiga do setor, que anseia por um instrumento contemporâneo que reflita a nova missão dos zoológicos e aquários na conservação da biodiversidade, pesquisa, ciência sustentabilidade, educação para a conservação e a reconexão da população com a natureza.” - Deputado Paulo Bengtson - Relator

“A presente proposta é o fruto dos anseios das duas Associações de Zoológicos e Aquários existentes no Brasil, a Sociedade de Zoológicos e Aquários do Brasil (SZB), que atua a nível nacional e a Sociedade Paulista de Zoológicos (SPZ), que atua a nível regional, no Estado de São Paulo, totalizando conjuntamente 96 instituições. Essa proposta foi construída a partir de um longo debate entre as instituições” - Deputado Rodrigo Agostinho – Autor



PL 1970/2019

Autor: Rogério Correia - PT/MG

Relator: Zé Silva - SOLIDARIEDADE-MG

Institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável, Plantio, Extração, Consumo, Comercialização e Transformação do Pequi e Demais Frutos e Produtos Nativos do Cerrado.



PL 10982/2018

Autor: LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Relator: Rodrigo Agostinho - PSB-SP

Corrige erro na redação ao inciso XI, do art. 4º, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

PROJETOS

Redação inicial: “em veredas, a faixa marginal, em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado”.

Redação aprovada: “as veredas e sua faixa marginal, em proteção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado”.



JUNHO

PL 1070/2021

Autor: Senado Federal - Jaques Wagner - PT/BA

Relator: Ricardo Izar (PP-SP)

O projeto visa instituir a Campanha Junho Verde no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental. A campanha será promovida pelos Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal, com a finalidade de apresentar à população a importância da conservação dos ecossistemas naturais e de todos os seres vivos, do controle da poluição e da degradação dos recursos naturais, para as presentes e futuras gerações.



JUNHO

PL 682/2021

Autor: Major Fabiana - PSL/RJ

Relator: Carla Zambelli (PSL-SP)

Aprovada a proposta que versa sobre a cinoterapia, ou terapia assistida por cães, prática que consiste na participação desses animais em sessões terapêuticas, interagindo com os pacientes.

“Embora já estabelecida no nosso país, falta uma legislação que estabeleça parâmetros de segurança. Este Projeto de Lei tem o objetivo de definir as regras básicas para a cinoterapia, para garantir a saúde e bem-estar dos cães terapeutas e também dos pacientes que serão assistidos.” - Deputada Major Fabiana - Autora

“A cinoterapia tem contribuído para o desenvolvimento de pessoas com necessidades especiais. Como a terapia tem um caráter multidisciplinar, isso faz com que diversas áreas e capacidade do ser humano sejam atingidas. A terapia assistida por cães acarreta ao participante um desenvolvimento global e satisfatório.” - Deputada Carla Zambelli – Relatora

PROJETOS



PL 10814/2018

Autor: Mariana Carvalho - PSDB/RO

Relator: Carla Zambelli (PSL-SP)

A matéria aprovada na CMADS autoriza a criação de Delegacias Eletrônicas de Proteção ao Meio Ambiente para a prevenção e repressão de infrações criminais e administrativas contra o meio ambiente: fauna, flora e animais domésticos.



PL 6289/2019

Autor: Coronel Tadeu - PSL/SP

Relator: Coronel Chrisóstomo (PSL-RO)

Mais uma proposta no escopo do combate aos crimes ambientais. O projeto aprovado visa aumentar em 700 mil homens o pessoal autorizado a fiscalizar e aplicar sanções.

As Polícias Militares, os Corpos de Bombeiros Militares, as Polícias Civas, dos Estados e do Distrito Federal, a Polícia Federal e as Guardas Portuárias integrarão o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, com o objetivo de fortalecer os esforços para combater os crimes ambientais em todo o Brasil.

“Inequívoca, portanto, a oportunidade da presente proposição, na medida em que legitima e consolida legalmente o importante papel desempenhado pelas Polícias Militares, pelos Corpos de Bombeiros, as Polícias Civas e a Polícia Federal na proteção dos nossos recursos ambientais, que são essenciais para a qualidade de vida da população e o desenvolvimento socioeconômico sustentável.” - Deputado Coronel Chrisóstomo - Relator

“Especificamente no que se refere à proteção do meio ambiente, é de extrema importância para a sociedade brasileira o papel desempenhado pelos policiais militares no exercício das atividades de policiamento ambiental.” - Deputado Coronel Tadeu - Autor



PL 5048/2020

Autor: Célio Studart - PV/CE

Relator: Carla Zambelli (PSL-SP)

Este Projeto de Lei insere o Extrativismo Sustentável no rol de áreas prioritárias para aplicação financeira do Fundo Nacional de Meio Ambiente.

PROJETOS



PL 8346/2017

Autor: Lucio Mosquini - PMDB/RO

Relator: Jose Mario Schreiner (DEM-GO)

Com a aprovação desta matéria, o proprietário rural não responderá mais por eventuais crimes cometidos por invasores em suas terras. Nestes casos, quem responderá serão os responsáveis pelo cometimento dos crimes.

“Estando a gleba sob processo de esbulho, o proprietário e o possuidor de boa-fé perdem a capacidade de dirigir as atividades rurais. Os invasores assumem o controle das atividades e, por esta razão, assumem a responsabilidade civil e penal dos atos praticados desde a invasão.” - Deputado Lucio Mosquini – Autor

“O Projeto acerta, desse modo, ao atribuir responsabilidade por ilícitos ambientais àqueles que efetivamente se encontram na posse de fato da área, ainda que de maneira injusta e ilegítima, e são, portanto, os verdadeiros causadores de eventuais danos puníveis conforme a Lei nº 9.605/1998.” - Deputado José Mario Schreiner – Relator



PL 1884/2021

Autor: Totonho Lopes - PDT/CE

Relator: Carla Zambelli (PSL-SP)

A proposta altera a Lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre procedimento simplificado para a emissão de licenciamento ambiental de aterros sanitários municipais, em cidades com população de até 50 mil habitantes.



PL 1516/2019

Autor: José Medeiros - PODE/MT

Relator: Bia Cavassa (PSDB-MS)

O Projeto obriga que os aterros sanitários tratem o lixiviado, também conhecido por chorume ou percolato. Este resíduo líquido gerado em aterro sanitário deve ser adequadamente drenado e tratado, de modo a atender aos padrões de enquadramento do corpo hídrico receptor.

PROJETOS



PL 292/2020

Autor: Poder Executivo

Relator: Carlos Gomes (REPUBLIC-RS)

Esta proposta altera os limites do Parque Nacional da Serra do Itajaí, localizado no Município de Botuverá, Estado de Santa Catarina.



PL 1709/2019

Autor: Capitão Alberto Neto - PRB/AM

Relator: Paulo Bengtson (PTB-PA)

Este projeto passa para os municípios a competência na determinação das metragens das Áreas de Preservação Permanente ao longo de cursos d'água em áreas urbanas consolidadas.



PLP 1/2020

Autor: Capitão Alberto Neto - REPUBLIC/AM

Relator: Evair Vieira de Melo (PP-ES)

O Projeto de Lei Complementar propõe que, no contexto das normas de responsabilidade fiscal, não possam ser objeto de limitação as despesas da Embrapa, do IBGE, da Fiocruz e do IPEA, destinadas a financiar pesquisas científicas e tecnológicas, bem como o programa de desenvolvimento regional da Zona Franca de Manaus.



PL 2776/2020

Autor: Flávia Arruda - PL/DF

Relator: Jose Mario Schreiner (DEM-GO)

A matéria desafeta as áreas 2 e 3 da Floresta Nacional (Flona), em Brasília. Essas áreas hoje possuem mais de 10 mil habitantes. Portanto, a fim de se possibilitar vida digna àquelas pessoas, a supressão das áreas 2 e 3 da Flona é medida que se impõe.

PROJETOS



SETEMBRO

PL 1426/2020

Autor: Hiran Gonçalves - PP/RR

Relator: Jose Mario Schreiner (DEM-GO)

O projeto transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União.



SETEMBRO

PL 2800/2015

Autor: Alceu Moreira - PMDB/RS

Relator: Paulo Bengtson (PTB-PA)

Com a aprovação, o texto proporcionará segurança jurídica para comerciantes e residentes que vivem em Áreas de Proteção Permanente (APP) em zonas urbanas, trazendo uma série de exigências a serem cumpridas.



SETEMBRO

PL 2294/2019

Autor: Zé Vitor - PR/MG

Relator: Evair Vieira de Melo (PP-ES)

O Projeto de Lei considera de interesse social o represamento de pequenos cursos d'água, quando voltado para a irrigação. O Código Florestal estabelece que a intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente (APP) somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade pública, de interesse social ou de baixo impacto ambiental 2 previstas naquele diploma legal.



SETEMBRO

PL 2405/2021

Autor: Gustavo Fruet - PDT/PR

Relator: Carla Zambelli (PSL-SP)

Aprovada na CMADS, a proposta adiciona no rol de aplicação prioritária de recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente os projetos de energia limpa e renovável, bem como a expansão da geração energética a partir das matrizes fotovoltaica, eólica, biomassa e biogás.

PROJETOS



PDL 53/2019

Autor: Nelson Barbudo - PSL/MT

Relator: José Medeiros (PODE-MT)

Este Projeto de Decreto Legislativo autoriza o aproveitamento dos recursos hídricos, mediante realização prévia dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA, dos projetos de engenharia e dos demais Estudos Ambientais, nos trechos do Rio Paraguai, Rio Tocantins, Rio Araguaia, dentre outros.



PL 658/2021

Autor: Zé Vitor (PL-MG)

Relator: Paulo Bengtson (PTB-PA)

A aprovação deste texto trará base jurídica que assegure ao produtor rural plena liberdade para produzir bioinsumos em suas propriedades, além de proporcionar o desenvolvimento de uma agricultura de alta produtividade, sustentável e competitiva. Uma base jurídica sólida favorecerá a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, a produção de equipamentos e atrairá investimentos para um setor cujo desenvolvimento está muito aquém do tamanho e importância da nossa agricultura.

“O País carece, ainda, de uma legislação nacional abrangente regulando a matéria, que proporcione segurança jurídica para o investimento, a pesquisa e a produção de bioinsumos. A proposta em comento representa um inegável avanço nessa direção.” - Deputado Paulo Bengtson - relator.

“Os bioinsumos são uma fonte inesgotável de sustentabilidade e inovação para o Brasil. Temos a maior biodiversidade do planeta, e esta pode ser racionalmente explorada e dividida com o mundo a partir de estímulos legislativos corretos.” - Deputado Zé Vitor - Autor



PL 1487/2019

Autor: Nilto Tatto - PT/SP

Relator: Dep. Nelson Barbudo (PSL-MT)

A matéria visa proibir a captura de pássaros para criação em gaiolas e viveiros. Todavia, permanece permitida a criação, manutenção e comercialização de passeriformes de quaisquer espécies, nativas ou exóticas, silvestres ou domésticas, desde que observadas e satisfeitas as exigências legais.

PROJETOS



PL 2238/2021

Autor: Carlos Henrique Gaguim - DEM/TO

Relator: Célio Studart (PV-CE)

Este Projeto de Lei cria a Semana Nacional de Conscientização sobre Resíduos Eletroeletrônicos, a ser realizada anualmente no mês de junho, imediatamente após a Semana do Meio Ambiente. O objetivo principal da iniciativa é a conscientização quanto à necessidade de redução no uso de produtos eletroeletrônicos e o descarte adequado, a coleta seletiva e as formas de reaproveitamento, de reutilização e de reciclagem de resíduos eletroeletrônicos.



PL 2729/2021

Autor: Aroldo Martins - REPUBLIC/PR

Relator: Célio Studart (PV-CE)

A proposição institui a campanha "Julho Dourado", dedicada à promoção da saúde dos animais domésticos, de rua e à prevenção de zoonoses.



PL 3381/2015

Autor: Senado Federal - Vital do Rêgo - PMDB/PB

Relator: Coronel Chrisóstomo (PSL-RO)

O projeto regulamenta toda a fabricação, importação, o armazenamento, transporte, a comercialização e o uso de artigos pirotécnicos, sinalizadores e balões de papel e similares.



PL 4423/2016

Autor: Marco Antônio Cabral - PMDB/RJ

Relator: Zé Silva (SOLIDARI-MG)

Este projeto veda a aquisição de copos e recipientes descartáveis, produzidos de derivados de petróleo, destinados ao consumo de bebidas e alimentos no âmbito da Administração Pública.

**PL 4387/2020****Autor: Christino Aureo - PP/RJ****Relator: Jose Mario Schreiner (DEM-GO)**

Mais oportunidades para as famílias assentadas em programas de reforma agrária no Brasil.

Com a aprovação deste Projeto, as famílias poderão utilizar seus lotes para reflorestamento economicamente produtivo de madeira certificada e sustentável. Os recursos garantidores para execução das atividades serão financiados pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF e outros recursos de linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

“Lateralmente aos procedimentos de reflorestamento — com mudas de madeira nativa e comercialmente apropriadas — o programa estimulará a existência de produção integrada de madeira entre o produtor primário e grandes empresas de beneficiamento de madeira certificada; indústria moveleira e indústria de papel e celulose.” - Deputado Christino Áureo - Autor

“Um programa como o proposto, com o adequado apoio governamental, que inclua assistência técnica e financiamento para a produção, contribuiria para o desenvolvimento no meio rural da cultura do plantio e manejo de florestas. Isso contribuiria também para a conservação das florestas nativas do país, uma vez que é sabido que a melhor forma de conservar as florestas é fazendo da silvicultura uma atividade tão ou mais vantajosa, do ponto de vista econômico, quanto a pecuária ou a agricultura.” - Deputado José Mario Schreiner - Relator.

**PL 451/2021****Autor: Igor Kannário - DEM/BA****Relator: Rodrigo Agostinho (PSB-SP)**

A proposta aprovada permite que pessoas físicas e jurídicas cujas atividades, obras ou empreendimentos que promovam, direta ou indiretamente, a preservação ou a recuperação ambiental, tenham condições facilitadas em todas as modalidades de transação definidas na Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020, a qual estabelece os requisitos e as condições para que a União, as suas autarquias e fundações, e os devedores ou as partes adversas realizem transação resolutiva de litígio relativo à cobrança de créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária.

PROJETOS



PL 2732/2011

Autor: Arnaldo Jardim - PPS/SP

Relator: José Medeiros (PODE-MT)

Aprovada a proposição que define as responsabilidades e competências dos agentes públicos e privados na identificação, gestão e reabilitação de áreas contaminadas, bem como cria o Cadastro Nacional de Áreas Contaminadas e Reabilitadas.



PL 3128/2019

Autor: Mara Rocha - PSDB/AC

Relator: Nelson Barbudo (PSL-MT)

Aprovada a matéria que libera o aproveitamento de madeira de árvores mortas ou naturalmente tombadas, sendo permitida sua comercialização e transporte para fora do imóvel.



PL 5518/2020

Autor: Rodrigo Agostinho - PSB/SP

Relator: Coronel Chrisóstomo (PSL-RO)

Velocidade para as concessões florestais. Aprovado o projeto que trará mais celeridade ao processo licitatório, flexibilidade aos contratos e atratividade ao modelo de negócio das concessões florestais. Desta forma, terras da União que estão sendo desmatadas, invadidas ou griladas, serão concedidas com maior velocidade para que sejam cuidadas e exploradas de forma sustentável.

“Considerando a importância estratégica das concessões florestais para o crescimento do setor florestal na Amazônia, é fundamental a revisão do marco legal atual, especificamente da Lei nº 11.284, com vistas a permitir maior dinamismo no processo licitatório, assim como maior competitividade e flexibilidade na gestão dos contratos. As presentes mudanças incluem a possibilidade de concessões para conservação e para restauração, modalidades existentes em outros países com grande sucesso no combate ao desmatamento e valorização da floresta.” Deputado Rodrigo Agostinho - autor. “É indiscutível, portanto, a necessidade e oportunidade da presente proposição, uma vez que ela tem, por objetivo, conferir maior celeridade ao processo de licitação das áreas para concessão, aumentar a flexibilidade dos contratos e, portanto, fazer das concessões florestais uma atividade muito mais atrativa para os potenciais interessados na atividade.” - Deputado Coronel Chrisóstomo - relator.

PROJETOS



PL 1584/2021

Autor: Coronel Armando - PSL/SC

Relator: Evair Vieira de Melo (PP-ES)

A CMADS aprovou o Projeto de Lei que versa sobre a reciclagem de embarcações, estabelecendo as diretrizes para a gestão integrada e o gerenciamento dessa atividade, incluindo as responsabilidades dos gestores da reciclagem e do poder público e os instrumentos econômicos aplicáveis.



PLC 307/2016

Autor: Carlos Bezerra - PMDB/MT

Relator: Bia Cavassa (PSDB-MS)

Aprovado pela CMADS o Projeto de Lei Complementar que altera o art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal adicionando, no rol de exceções para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias, as ações de saneamento básico e resíduos sólidos.



PL 8407/2017

Autor: Roberto de Lucena - PV/SP

Relator: Paulo Bengtson (PTB-PA)

Aprovado o PL que determina que os estabelecimentos que comercializam animais vivos e medicamentos veterinários mantenham médico-veterinário como Responsável Técnico (RT) do estabelecimento em consonância com os princípios de saúde pública e bem-estar animal.



PL 5010/2013

Autor: Senado Federal - Kátia Abreu - PSD/TO

Relator: Jose Mario Schreiner (DEM-GO)

Segurança jurídica. No Brasil, a clonagem é uma técnica relativamente recente, e até o momento, não há um devido enquadramento no arcabouço legal dessa tecnologia. O projeto aprovado visa regulamentar as questões relativas ao uso comercial de técnicas como a clonagem, trazendo segurança jurídica para o agronegócio.

PROJETOS

“É sob esse contexto de necessidade de controle e da fiscalização do emprego da clonagem que a proposta em apreço se torna essencial para a promoção do uso correto e responsável dessa técnica. Estou seguro de que o Projeto de Lei 5010/2013 possibilitará o atendimento às necessidades do setor produtivo, das atividades de pesquisas científicas e dos órgãos de fiscalização, proporcionando segurança e transparência aos segmentos envolvidos, inclusive ao mercado externo.” - Deputado José Mario Schreiner - Relator



DEZEMBRO

PL 1653/2020

Autor: Miguel Haddad - PSDB/SP

Relator: Zé Vitor (PL-MG)

Aprovada a proposição que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos para a proteção do meio ambiente. Os consórcios públicos previstos nesta Lei terão por objetivo a proteção do meio ambiente, a preservação, a restauração, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida em seu âmbito, que deverão ser sempre compatibilizadas com o desenvolvimento socioeconômico de cada um dos entes da Federação que o integram.



DEZEMBRO

PL 3133/2020

Autor: Vinicius Poit - NOVO/SP

Relator: Evair Vieira de Melo (PP-ES)

Aprovada na CMADS o Projeto de Lei que concede isenção de taxa para obtenção da licença para o porte e uso de motosserra. Conquista para o pequeno produtor rural.



DEZEMBRO

PL 2815/2021

Autor: Julio Lopes - PP/RJ

Relator: Evair Vieira de Melo (PP-ES)

A proposta torna o procedimento simplificado para o licenciamento ambiental da implantação ou da ampliação de gasodutos de transporte, de transferência ou de escoamento da produção de gás natural, bem como dutos que movimentam hidrocarbonetos gasosos ou misturas gasosas que contenham hidrocarbonetos, nas faixas de domínio e de servidão de dutos de transporte de petróleo ou derivados, de linhas de transmissão e de distribuição, de rodovias, de ferrovias, de minerodutos e de outros empreendimentos lineares já licenciados.

PROJETOS



PL 637/2021

Autor: José Medeiros - PODE/MT

Relator: Zé Vitor (PL-MG)

Com a aprovação deste projeto, o proprietário rural que dispor de brigada de incêndio em sua propriedade terá direito a desconto no imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). É uma forma de aumentar o efetivo de combatentes em época de queimadas.

“Por um lado, incentiva-se a preservação das florestas e a criação de brigadas de incêndio florestal particulares, e por outro, concede-se aos proprietários rurais um benefício fiscal expressivo, capaz de incentivá-los a fazer esse investimento.” - Deputado José Medeiros - autor

“Submeter as brigadas privadas à avaliação do programa federal de controle de incêndios agregará segurança às operações.” - Deputado Zé Vitor - relator



PDL 696/2019

Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relator: Guiga Peixoto (PSL-SP)

Este PDL aprova o texto da Emenda de Banimento à Convenção de Basileia sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito, adotada durante a Terceira Reunião da Conferência das Partes, em Genebra, entre os dias 18 e 22 de setembro de 1995. A Emenda divide as Partes (países) em dois grupos: o primeiro compreende os membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE e da União Europeia, bem como Liechtenstein, e o segundo engloba as demais Partes, em que se inclui o Brasil. A Emenda de Banimento veda a exportação de resíduos perigosos do primeiro grupo para o segundo.



PLP 160/2019

Autor: Paulo Bengtson - PTB/PA

Relator: Carla Zambelli (PSL-SP)

Esse projeto de lei complementar autoriza a União, Estados e Distrito Federal a apoiarem as iniciativas municipais que visem à implantação de telhados verdes. A proposição conceitua a expressão “telhados verdes” como a cobertura de edificação na qual é plantada vegetação compatível com sua estrutura, dotado de impermeabilização, drenagem e reserva própria de água para irrigação.

PROJETOS

“Esse sistema, amplamente utilizado em países mais desenvolvidos, além de ser uma solução estética agradável, que aumenta as possibilidades de convívio social no meio urbano, proporciona efetiva economia de energia elétrica, em face de sua grande inércia térmica proporcionar isolamento contra as flutuações de temperatura.” Deputado Paulo Bengtson - autor. “É de extrema coerência a construção formulada no presente Projeto de Lei Complementar, na medida em que dá condições aos municípios, a partir da transferência de recursos federais e estaduais, para que adotem essa modalidade que nos parece mais adequada, ou seja, que optem por estimular os cidadãos a implantarem os telhados verdes, em vez de força-los a tanto.” Deputada Carla Zambelli - relatora.



DEZEMBRO

PL 588/2020

Autor: Felipe Rigoni - PSB/ES

Relator: Zé Vitor (PL-MG)

A CMADS aprovou o PL que visa determinar que o relatório anual das sociedades anônimas ou das sociedades de grande porte inclua estimativa de emissões de gases do efeito estufa.



DEZEMBRO

PL 2419/2021

Autor: Luciano Ducci - PSB/PR

Relator: Carla Zambelli (PSL-SP)

Aprovada a proposição que institui a “Semana Nacional do Uso Consciente da Água”, a ser celebrada, anualmente, na semana que compreender o dia vinte e dois de março, o “Dia mundial da Água”.



DEZEMBRO

PL 46/2021

Autor: Celso Sabino - PSDB/PA

Relator: Tabata Amaral (PSB-SP)

A propositura torna obrigatória a divulgação de mensagem informando as penas cominadas ao crime de maus-tratos a cão ou gato em clínicas veterinárias e estabelecimentos congêneres, pet shops, estabelecimentos de criação, adestramento e hospedagem de cães e gatos e delegacias do meio ambiente.

PROJETOS



PL 637/2021

Autor: José Medeiros - PODE/MT

Relator: Zé Vitor (PL-MG)

Este projeto permite o desconto do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) para os imóveis que tenham brigada de incêndio.



PL 1465/2021

Autor: Leonardo Gadelha - PSC/PB

Relator: Célio Studart (PV-CE)

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aprovou a proposta que obriga as concessionárias de rodovia a instalar placas de advertência sobre a prática do crime de abandono de animais.



PL 8349/2017

Autor: Senado Federal - Antonio Anastasia - PSDB/MG

Relator: Stefano Aguiar (PSD-MG)

Foi aprovado o PL que prevê como crime o dano a coisa de valor artístico, cultural, arqueológico ou histórico, e agravar as penas do crime de pichação e conspurcação de monumento ou coisa tombada em virtude de seu valor artístico, arqueológico ou histórico, prevendo que a pena será cominada com a obrigação de reparar o dano na coisa alheia, mediante limpeza realizada à custa do agente.



PL 3009/2021

Autor: Senado Federal - Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE

Relator: Guiga Peixoto (PSL-SP)

Aprovada a proposição para incluir como diretriz do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro o controle da erosão marítima e fluvial.

PROJETOS



PL 618/2019

Autor: Luiz Nishimori - PR/PR

Relator: Airtton Faleiro (PT-PA)

A proposta altera a Lei nº11.959 de 29 de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, para disciplinar a pesca esportiva.



PL 784/2019

Autor: Rodrigo Agostinho - PSB/SP

Relator: Jose Mario Schreiner (DEM-GO)

O Projeto de Lei dispõe sobre a criação, gestão e manejo da Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN. Pelo texto, as RPPNs criadas voluntariamente por iniciativa dos proprietários de terras terão desconto no Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, chegando à isenção quando a RPPN cobrir mais de 30% da propriedade.



PL 1164/2019

Autor: Lucio Mosquini - MDB/RO

Relator: Camilo Capiberibe (PSB-AP)

A matéria visa evitar que terceiros contratados para o transporte de madeira sejam injustamente processados quando flagrados transportando madeira ilegal, nos casos em que os responsáveis pela fraude forem os expedidores ou os destinatários da carga, e o transportador não dispuser dos conhecimentos técnicos necessários para detectar a fraude.



PL 6120/2019

Autor: Flávio Nogueira - PDT/PI

Relator: Carlos Henrique Gaguim (DEM-TO)

Aprovado o Projeto que cria o Inventário Nacional de Substâncias Químicas, com o objetivo de consolidar uma base de informação sobre as substâncias químicas produzidas ou importadas no território brasileiro.

PROJETOS



DEZEMBRO

PL 1211/2021

Autor: Deputado João Maia (PL/RN)

Relator: Deputada Carla Zambelli (PSL/SP)

O PL tem por objeto a alteração do Código de Trânsito Brasileiro, para disciplinar o recolhimento e guarda de animais soltos nas vias terrestres abertas à circulação.



DEZEMBRO

PL 2312/2021

Autor: Otto Alencar Filho - PSD/BA

Relator: Edilázio Júnior (PSD-MA)

ACMADS aprovou a proposta que visa a inclusão dentre as áreas prioritárias para as aplicações dos recursos financeiros do Fundo Nacional de Meio Ambiente, a recuperação ambiental de bacias hidrográficas, em especial a do rio São Francisco.

PROJETOS REJEITADOS

PL 9998/2018

Disciplina a visitação pública para fins de turismo, esporte e recreação em unidades de conservação integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, e dá outras providências.

PL 2367/2019

Acrescenta o parágrafo ao art. 26 da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 (Lei de Pesca), para permitir que o órgão estadual competente concedesse licença ao pescador profissional para a pesca marinha.

PL 9734/2018

Dispõe sobre a autorização para captura, coleta e transporte de material biológico no âmbito do licenciamento ambiental

PDL 340/2019

Susta os efeitos do Decreto nº 9.806, de 28 de maio de 2019, que altera o Decreto nº 99.274, para dispor sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente - Conama.

PL 2293/2015

Dispõe sobre a proibição de espuma de poliestireno (isopor) em embalagens de alimentos e copos térmicos em todo o território nacional e dá outras providências.

PDL 28/2020

Susta os efeitos do Decreto nº 10.224, de 2020, que regulamenta a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente.

PDL 114/2019

Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 9.760, de 11 de abril de 2019, que altera o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que "dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações

PDL 641/2019

Susta os efeitos da redação dada ao § 4º do artigo 41 da Portaria Ibama nº 24, de 16 de agosto de 2016, pelo art. 1º da Portaria nº 3.326, de 12 de setembro de 2019, que altera o Regulamento Interno de Fiscalização Ambiental.

PDL 44/2020

Susta os efeitos do Decreto nº 10.235, de 2020, que altera o Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003, que dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica - PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade.

PROJETOS REJEITADOS

PL 5086/2020

Altera a Lei 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a proteção de restingas, dunas e das áreas de preservação permanente no entorno de reservatórios artificiais.

PL 1281/2021

Tipifica o crime ambiental de rebaixamento de lençol freático sem outorga da autoridade competente.

PL 1920/2021

Altera a Lei nº 6.360, de 23 setembro de 1976, para dispor sobre a venda de inseticidas e raticidas que oferecem risco de envenenamento intencional de cães e gatos domésticos.

PL 4508/2016

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro, para autorizar o apascentamento de animais em área de Reserva Legal.

PL 10333/2018

Atribui aos corais da Amazônia a condição de Área de Preservação Permanente.

PL 5456/2020

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para definir regime excepcional para a incidência do Imposto Territorial Rural sobre o imóvel rural objeto de desmatamento ou queimada ilegal, e dá outras providências.

PL 9746/2018

Dispõe sobre a padronização e certificação de procedimentos de licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

PL 186/2021

Dispõe sobre a sinalização náutica de controle e auxílio à navegação de embarcações motorizadas em áreas de concentração de banhistas.



Bibo Nunes
(PSL/RS)
Cruz Alta - RS



Dr. Leonardo
(SOLIDARIEDADE/MT)
Rio Verde - GO



Eduardo Bolsonaro
(PSL/SP)
Rio de Janeiro - RJ



General Peternelli
(PSL/SP)
Ribeirão Preto - SP



Ivan Valente
(PSOL/SP)
São Paulo - SP



José Nelto
(PODEMOS/GO)
Tiros - MG



Major Vitor Hugo
(PSL/GO)
Salvador - BA



Professor Joziel
(PSL/RJ)
Duque de Caxias - RJ



Sanderson
(PSL/RS)
Erechim - RS



Vavá Martins
(REPUBLICANOS/PA)
Pelotas - RS



Weliton Prado
(PROS/MG)
Uberlândia - MG

I CONCURSO INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

Pela primeira vez na história da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados e idealizado pela presidente, **deputada federal Carla Zambelli**, foi realizado o **I Concurso Inovação e Sustentabilidade**, que teve como objetivo promover a inovação e a bioeconomia, estimular projetos voltados para soluções tecnológicas e sustentáveis, bem como identificar trabalhos de qualidade que visem soluções práticas para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Dezenas de trabalhos foram inscritos, abordando temas voltados a soluções em destinação de resíduos sólidos, soluções em materiais biodegradáveis, soluções em energia limpa e bioeconomia.

A banca julgadora foi composta pelo Professor Henrique Marinho Leite Chaves, Eng. agrônomo (UnB), Mestre e PhD em Hidrosedimentologia (Purdue University / National Soil Erosion Research Lab); Professor Álvaro Nogueira de Souza, Engenheiro Florestal, mestre e doutor pela Universidade Federal de Lavras; pela Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados, na área de Meio Ambiente e Direito Ambiental, Organização Territorial, Desenvolvimento Urbano e Regional, Evellyn Christinne Bruehmueller Ramose; e pelo Secretário Executivo da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Henrique Fernandes Ferreira.

Após avaliação da banca julgadora foram selecionados os três finalistas, que foram condecorados pela presidente em cerimônia em plenário do Anexo II da Câmara dos Deputados no dia 14 de dezembro de 2021.



I CONCURSO INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE



Na primeira colocação ficou o projeto “Resiburn - Tratamento de resíduos por meio da pirólise”, de Tatiana Lima Valerio, Bruna Maria Hryniewicz e Mayara Regina Fornari. A proposta desenvolveu um novo processo de pirólise (PiróliseNP) que pode ser utilizado em Resíduos Sólidos Urbanos, em biomassas e nos Resíduos de Serviços de Saúde.

É trabalhado diretamente com a destinação nobre de resíduos antes destinados a aterros, gerando produtos com alto valor agregado para serem utilizados em outros processos da cadeia produtiva. Subprodutos gerados são o bioóleo, que pode ser utilizado como combustível; biocarvão que, quando obtido por meio desta nova tecnologia, apresenta propriedades condutoras; e gás de síntese, que pode ser utilizado como energia no próprio processo, tornando-o autossustentável.

Em comparativo com a pirólise convencional, o biocarvão obtido por esse novo método possui um aumento no seu valor agregado de 2500%. O biocarvão produzido pode ser empregado como substituto do grafite ou óxido de grafeno, tendo potencial para ser aplicado, por exemplo, em dispositivos de armazenamento de energia, sendo mais atraente ao mercado. Além de tratar e dar destinação ao resíduo sem custos de aterros, o processo é economicamente viável e colabora na busca pela redução de emissões de gases do efeito estufa, na procura por créditos de carbono e no aumento da conscientização ambiental.



Em segundo lugar foi selecionado o projeto “Cycledrain” de Fernando Brucoli. O banho de chuveiro, presente na quase totalidade das residências brasileiras e em incontáveis instalações do setor de serviços, responde por mais de 5% de todo o consumo nacional de energia elétrica e por expressivo aumento na queima de gás natural em cidades, resultando em elevado consumo de água e de combustíveis fósseis, bem como na crescente emissão de gases de efeito estufa em adensamentos urbanos.

A questão apresenta, porém, um outro e grave aspecto, que é o do desperdício, uma vez que cerca de 80% da energia de aquecimento do banho é descartada no esgoto juntamente com a água.

O Cycledrain é um dispositivo concebido para combater este desperdício e, com isso, economizar 40% da energia gasta no banho, qualquer que seja a sua fonte (elétrica, gás, biomassa etc.). Desenvolvido inteiramente no Brasil, o Cycledrain é uma alternativa simples e barata para eficiência energética de edificações residenciais e de serviços de hotelaria, esporte/fitness, hospitalares etc.

A adoção do Cycledrain como padrão construtivo resulta, por outro lado, em expressiva economia de recursos naturais e contenção da emissão de poluentes, fato que, no atual contexto energético-ambiental frente ao desenvolvimento socioeconômico, contribui significativamente para o crescimento sustentável do Brasil.

I CONCURSO INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE



E na terceira posição, o Aequor, embalagem 100% biodegradável, de Thiago Matos Custodio Rodrigues, Gabriel Vieira de Oliveira e João Vitor Rezende Costa dos Santos, fundadores da NanoIn.

A NanoIn é uma empresa do mercado de embalagens que utiliza tecnologias que permitem contornar os problemas ambientais causados pelos plásticos, de forma sustentável e viável. Fundada em 2020 por jovens empreendedores, sua missão é encontrar soluções em embalagens sustentáveis e ecológicas.

O projeto premiado, Aequor, utiliza componentes vindo de algas e madeira. Em conjunto, esses componentes permitem a criação de embalagens 100% biodegradáveis. Aequor é uma expressão em latim que significa do mar, tal como o produto premiado. O filme é altamente customizável e pode ser moldado em diversos formatos, tal como sacolas, e após seu uso, se dissolve na água sem gerar qualquer micro plástico.

Isso permite o seu descarte em qualquer lugar sem se preocupar com sua reciclagem. Por ter uma grande versatilidade, o Aequor pode ser utilizado em diversos mercados que vão dos cosméticos até os alimentícios.





GLASGOW
COP26

 **CMADS**

A regulamentação dos mecanismos de mercado do Acordo de Paris na COP-26: a participação do Brasil nas negociações e o significado das decisões para a economia nacional

A regulamentação do artigo 6º do Acordo de Paris foi o marco mais esperado da COP-26. A participação do Brasil nas negociações teve um papel decisivo nesse resultado, que pode influenciar significativamente a trajetória da economia nacional nas próximas décadas.

A expectativa global era justa. O artigo baliza as possibilidades de cooperação voluntária entre os países para o alcance das suas respectivas contribuições nacionalmente determinadas (NDC). Mais especificamente, estabelece três grandes vias para essa cooperação:

- No artigo 6.2, o uso de resultados de mitigação transferidos entre países (sigla em inglês ITMO - *internationally transferred mitigation outcomes*);
- No artigo 6.4, um novo mecanismo de “créditos de carbono”, usualmente conhecido pela sigla em inglês SDM – Sustainable Development Mechanism (em português, Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável, ou MDS, o sucessor do “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo”, MDL, do Protocolo de Kyoto);
- No artigo 6.8, os mecanismos de cooperação não mercadológicos.

Uma implementação efetiva desses mecanismos de cooperação é crucial para o sucesso do Acordo.

A possibilidade de transacionar resultados de mitigação entre os países, ou créditos de carbono gerados por projetos de MDS entre organizações, permite que os recursos disponíveis fluam para onde quer que haja maior eficiência – e menores custos – no abatimento de emissões.

Projeções recentes¹ mostraram que a maior flexibilidade no cumprimento das metas nacionais proporcionada por esses mecanismos permitiria uma redução dos custos globais de mitigação na ordem de até US\$ 300 bilhões por ano. Calcula-se, ainda, que o reinvestimento desses recursos economizados poderia permitir que os países dobrassem os seus compromissos de redução de emissões até 2030, o que viabilizaria a ambição de conter o aumento de temperatura global em até 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais.

A entrada em operação dos mecanismos de mercado para a redução de emissões é de especial interesse para as economias dos países em desenvolvimento. Em uma apresentação, na COP-26², de uma análise das NDC pelo *Harvard Project on Climate Agreements*, foi mostrado que 87% das Partes esperam usar os mecanismos do artigo 6º como uma fonte de financiamento para alcançar as suas NDC.

Países como o Brasil, com maior potencial para a geração de energia por fontes renováveis e para a oferta de soluções baseadas na natureza para a remoção de emissões – como a conservação e a recuperação florestais – podem ser especialmente beneficiados.

A participação da delegação brasileira na Conferência promoveu avanços essenciais nessa direção.

A negociação das regras operacionais para o artigo 6º e dispositivos correlatos no Acordo de Paris defrontava-se, até a COP-26, com impasses de difícil solução entre grupos de Partes com interesses conflitantes.

Em feliz síntese, apresentada no já citado evento do *Harvard Project on Climate Agreements* na COP-26, pode-se dizer que os principais desses impasses tratavam:

- da contabilização, sob o artigo 6.4, das reduções de emissões geradas por atividades fora do escopo da NDC do País hospedeiro (ou “vendedor”) – isto é, se seria possível registrar e comercializar reduções de emissões realizadas fora do escopo dos compromissos nacionais das NDC e, em sendo isso possível, se o País hospedeiro deveria efetuar os ajustes correspondentes a essas transações na sua NDC, aumentando a sua ambição, para evitar dupla contagem;

- da possibilidade de mobilizar parte dos recursos transferidos pelo mecanismo do artigo 6.2 para financiar as ações de adaptação às mudanças climáticas (discussão que ficou amplamente conhecida como “*share of proceeds*”);

- da possibilidade de aceitação das reduções de emissões geradas antes de 2020, ainda sob o protocolo de Kyoto, para o atingimento das NDC;

- da garantia de se alcançar uma mitigação global das emissões (“OMGE”) sob o artigo 6.2, descontando-se parte dos ITMO transacionados entre os países (isto é, parte das reduções de emissões vendidas é cancelada, não podendo ser usada pelo comprador, de modo a se chegar a uma redução final total de emissões entre os dois países mais ambiciosa do que a soma zero);

- e da determinação de uma linha de base e de critérios de adicionalidade comuns sob o mecanismo do artigo 6.4, permitindo a comparabilidade de resultados sem violar as soberanias nacionais.

Nessas questões, o Brasil – ao longo de diferentes governos e legislaturas anteriores, desde as negociações que prepararam o Acordo de Paris³ – vinha mantendo, de forma inflexível, posições que inviabilizavam o alcance de um consenso.

As delegações brasileiras defenderam, por anos, que a comercialização de créditos por reduções de emissões não deveria ser objeto dos ajustes correspondentes na NDC, ou que deveria ser permitida a sua dupla contagem em um período de transição, para ser eventualmente compensada por um ajuste correspondente em um período futuro.

Uma tese correlata era a de que a redução do desmatamento deveria ser regulamentada exclusivamente pelo artigo 5º do Acordo de Paris, que tratava do apoio financeiro internacional à conservação das florestas com base em resultados. Tais resultados, porém, não poderiam ser contabilizados para o cumprimento dos compromissos climáticos dos países pagantes. O apoio financeiro deveria basear-se puramente no “princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas” previsto no artigo 4.1 do mesmo Acordo. Em outras palavras, o pagamento por resultados no combate ao desmatamento deveria permanecer restrito à mera doação.

Ademais, em Conferências anteriores, o Brasil vinha defendendo a necessidade do pleno carreamento dos créditos remanescentes do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto para o mecanismo do artigo 6.4

do Acordo de Paris, com base na alegação de que as empresas nacionais teriam US\$ 2,5 bilhões em créditos a aproveitar e que o seu não reconhecimento minaria a segurança jurídicas das transações e a credibilidade de um novo acordo internacional⁴.

Na última COP-26, a posição da delegação brasileira nessas questões passou por uma notável evolução: ela passou a defender soluções intermediárias de ampla aceitação, que acabaram por se firmar como as decisões finais da Conferência⁵.

Conforme o texto final, as reduções certificadas de emissões geradas nos projetos do MDL de Kyoto poderão continuar a ser transacionadas, ainda que com restrições – valerão apenas aquelas geradas entre 01 de janeiro de 2013 e 31 de dezembro de 2020 e só poderão ser usadas para o cumprimento das NDC até 2030, o primeiro ciclo de compromissos internacionais do Acordo de Paris.

Em contrapartida, prevaleceu a exigência do ajuste correspondente nas NDC para *todas* as transações envolvendo novos projetos de reduções verificadas de emissões sob o mecanismo do artigo 6.4, o que favorece elevados padrões de integridade ambiental. Os ajustes correspondentes aplicam-se mesmo a atividades eventualmente fora do escopo da NDC do país hospedeiro, têm vigência imediata (ou seja, não haverá período de transição com dupla contagem permitida) e deverão ser efetuados mesmo quando os créditos transacionados forem usados para outros propósitos de mitigação internacionais (a exemplo do programa CORSIA para a redução de emissões em voos com passageiros, que está fora do Acordo de Paris).

Uma parcela das transações sob o mecanismo do artigo 6.4 também deverá ser reservada a título de *share of proceeds* (5%) para financiar a adaptação climática em países em desenvolvimento e outra parcela (2%) deverá ser cancelada para fins de aumento da mitigação global de emissões.

A inflexão da postura brasileira nas negociações tem um significado histórico que não pode ser subestimado. Foi amplamente reconhecida, pela opinião internacional, como um fator decisivo para que se chegasse a um consenso neste que era o último ponto pendente de definição do livro de regras do Acordo de Paris⁶.

O potencial de novos negócios para o Brasil aberto com a integração internacional dos mercados de carbono é tremendo. O principal documento de decisão da COP-26 – o *Glasgow Climate Pact* – conclamou os 197 países participantes a apresentarem compromissos e planos de ação nacionais mais ambiciosos já na Conferência do próximo ano, o que deve aumentar notavelmente a demanda por reduções verificadas de emissões.

Já sob o ângulo do potencial de oferta, segundo recente estudo da Way Carbon elaborado para a International Chamber of Commerce (ICC), o Brasil pode suprir, na próxima década, de 5% a 37,5% da demanda global do mercado voluntário de créditos de carbono e de 2% a 22% da demanda global do mercado regulado – o que equivale a uma demanda potencial para cerca de 1GtonCO₂eq (um bilhão de toneladas de carbono equivalente) em reduções verificadas de emissões.

Se essas reduções puderem efetivamente ser usadas para o cumprimento das metas de emissões nos

mercados regulados de outros países, esses créditos apresentam elevado potencial de valorização. O preço da tonelada de carbono equivalente no mercado regulado europeu já chega hoje à casa dos US\$ 60 e estima-se que poderá chegar a US\$ 100 (preço mínimo para se alcançarem as metas internacionais de neutralidade climática em 2050). Com isso, a venda de créditos pelo Brasil poderia gerar receitas da ordem de até US\$ 100 bilhões ao longo da próxima década, nos setores florestal, agropecuário e de energia limpa.

O caminho até lá, porém, não está livre de riscos.

As responsabilidades, os procedimentos e os critérios detalhados para a plena operacionalização do recém-acordado livro de regras dos mecanismos de mercado ainda serão objeto de apreciação pela 27ª Conferência das Partes, em 2022. As vantagens competitivas do Brasil nos mercados internacionais de carbono podem consolidar-se ou enfraquecer-se nesses detalhes⁷.

O aumento das ambições globais de descarbonização também pode depender da efetiva mobilização dos recursos prometidos pelos países desenvolvidos, dado que diversos compromissos climáticos de países em desenvolvimento, como o da Índia, são condicionais e não se manterão sem aportes externos. O fracasso na manutenção dessas metas pode desencadear um efeito dominó de descumprimento de compromissos globais.

Por fim, a integração bem-sucedida da economia brasileira em um cenário global de precificação de emissões e de colaboração para a mitigação cada vez mais amplas dependerá do estabelecimento de um mercado nacional regulado de carbono dotado de um sistema de governança

robusto e de regras de monitoramento, relato e verificação confiáveis.

Para mitigar esses riscos e aproveitar as oportunidades que se descortinam, a continuidade de uma atuação finamente coordenada entre o Governo, o Parlamento, o setor produtivo e a sociedade civil – como a que se demonstrou nesta COP-26 – será fundamental.

A participação da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na COP 26

A Câmara dos Deputados enviou para a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26), realizada em Glasgow, na Escócia, 12 deputados, sendo seis, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

A Conferência das Partes (COP) é o órgão supremo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que reúne anualmente os países Parte em conferências mundiais. Suas decisões, coletivas e consensuais, só podem ser tomadas se forem aceitas por unanimidade pelas Partes, sendo soberanas e valendo para todos os países signatários.

Os deputados da comissão participaram ativamente de reuniões, painéis e eventos com players internacionais e representaram os interesses e valores do Brasil visando o desenvolvimento sustentável.

A presidente da Comissão, deputada Carla Zambelli, como relatora de um Projeto de Lei que trata da criação do mercado de carbono, participou do evento entre os dias 08 e 12 de novembro, acompanhando as negociações. No Pavilhão Brasil, além de acompanhar diversas apresentações que tratavam de nossos ativos ambientais e temas importantes para a imagem do país no exterior, participou de diversas agendas e reuniões com representantes de Confederações, com o Ministro de Meio Ambiente e com entidades que, diante dos desdobramentos que ali aconteciam, desejavam oferecer contribuições para o Projeto de Lei.

A parlamentar acompanhou atentamente os posicionamentos defendidos pelo Governo brasileiro que, durante o evento, apresentou sua nova meta de Contribuição Nacional Determinada (NDC) de redução de emissão de gases causadores do efeito estufa para 2030.

Outra importante ação foi a adesão ao compromisso global de mitigação das emissões de metano. O Brasil aderiu ao compromisso de redução em 30% até o fim desta década. Também houve, no âmbito da COP, a manifestação do Governo Brasileiro em apoio à “declaração internacional de líderes mundiais para preservar as florestas e reduzir o desmatamento e a degradação dos solos também até 2030”.

Além dos compromissos globais, a presidente testemunhou a posição equilibrada dos negociadores brasileiros ao apoiar um “phasedown” (redução) no lugar de “phaseout” (eliminação) para o uso de carvão. A posição brasileira, somada a de outros países que também

mantiveram a boa diplomacia a fim de obter resultados, permitiu que as negociações acerca do Acordo de Paris avançassem.

Foi durante a COP também o anúncio brasileiro ao fórum internacional de medidas e compromissos para acabar com o descarte irregular de lixo eletrônico na região e, também, o compromisso de ampliar para 50% a matriz energética limpa até 2030. Merece igual destaque o anúncio do aumento de comando e controle, onde o Brasil apresentou crescimento de 50% as ações de fiscalização ambiental na comparação com 2020.

O deputado Zé Silva, no dia do Agro, integrou debate sobre agricultura sustentável, como matriz energética limpa e renovável, e defendeu o Projeto de Lei de sua autoria que institui o Selo Agro Verde, que garante mercado e melhor preço ao pecuarista que preserva o meio ambiente, que não queima e nem desmata ilegalmente. O debate sobre a importância da transparência para uma produção agrícola, investimentos e comércio sem desmatamento no Brasil foi promovido pela Universidade Federal de Minas Gerais, a União Europeia e Task Force e Universidade de Strathclyde.

O parlamentar também acompanhou o governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema, no anúncio do Mapeamento das Emissões e Captura de Carbono da Cadeia Produtiva das 200 maiores Indústrias de Minas Gerais, e debateu sobre o papel do legislativo frente às ações do executivo em favor da agenda climática do Brasil.

Para ele, “ao governo brasileiro não cabe somente fiscalizar e multar os produtores rurais, e sim premiar para

assegurar a preservação do meio ambiente, a floresta vista como lavoura, com mais investimentos em pesquisa, assistência técnica e extensão rural”. Zé Silva defendeu o mercado de títulos verdes, a consciência coletiva de que a floresta não precisa ser derrubada para virar lavoura. Sua preservação é a moeda do futuro.

O deputado Carlos Henrique Gaguim participou de pavilhões temáticos para buscar investimentos e acompanhar as discussões com especialistas, como por exemplo no pavilhão da Água, onde reforçou a importância dos rios Araguaia e Tocantins. No Pavilhão Nórdico, buscou cooperação técnica e recursos internacionais para seu estado e, no Stand dos Emirados Árabes, mapeou a oportunidade e disponibilidade de fundos de investimentos internacionais interessados em investir no Brasil, em energias renováveis e desenvolvimento sustentável.

A deputada Joenia Wapichana participou, dentre outros painéis e eventos, do evento do Programa Zona Verde na COP26, organizado pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e pela Coordenadoria das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA) e Direito, Meio Ambiente e Recursos Naturais (DAR). Representando os povos originários da América Latina, grupo de indígenas, e com base em suas vivências, mostrou como é possível a elaboração de políticas ambientais com base na recuperação verde, justa e resiliente, especialmente no pós-pandemia.

Ela participou também da reunião com o enviado Presidencial Especial para o Clima, John Kerry, e com a Secretária do Interior USA, Deb Haaland, e lideranças

indígenas do Brasil, como Sonia Guajajara, coordenadora Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Nara Soares, Coordenadora Geral da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); e Sinéia do Vale, representante do Conselho Indígena de Roraima (CIR).

O deputado Paulo Bengtson, juntamente com outros representantes do Congresso Nacional, tratou de assuntos essenciais para as boas relações ambientais do Brasil com outros países.

O parlamentar apresentou aos presentes o que o Brasil tem feito pelo clima e pelo meio ambiente. Mostrou a produção agrícola brasileira, atividade essencial para manter o equilíbrio da balança comercial do país. Todos os presentes tomaram conhecimento de que é possível plantar e colher sem derrubar florestas: a cada ano, o Brasil alcança recordes de produção sem derrubar matas nativas.

O deputado Rodrigo Agostinho participou ativamente de reuniões e painéis, além de se encontrar com personalidades ambientalistas importantes, como Hippolyte Vitalis, representante governamental do Caribe na COP 26, um dos maiores especialistas em resiliência climática presente; a deputada Theo Clarke, do Reino Unido, co-presidente do ICCF eleita pelo Partido Conservador; a fundadora da Stop Ecocide, Jojo Mehta; e o deputado canadense David Cooper; dentre outros parlamentares de todo o Planeta.

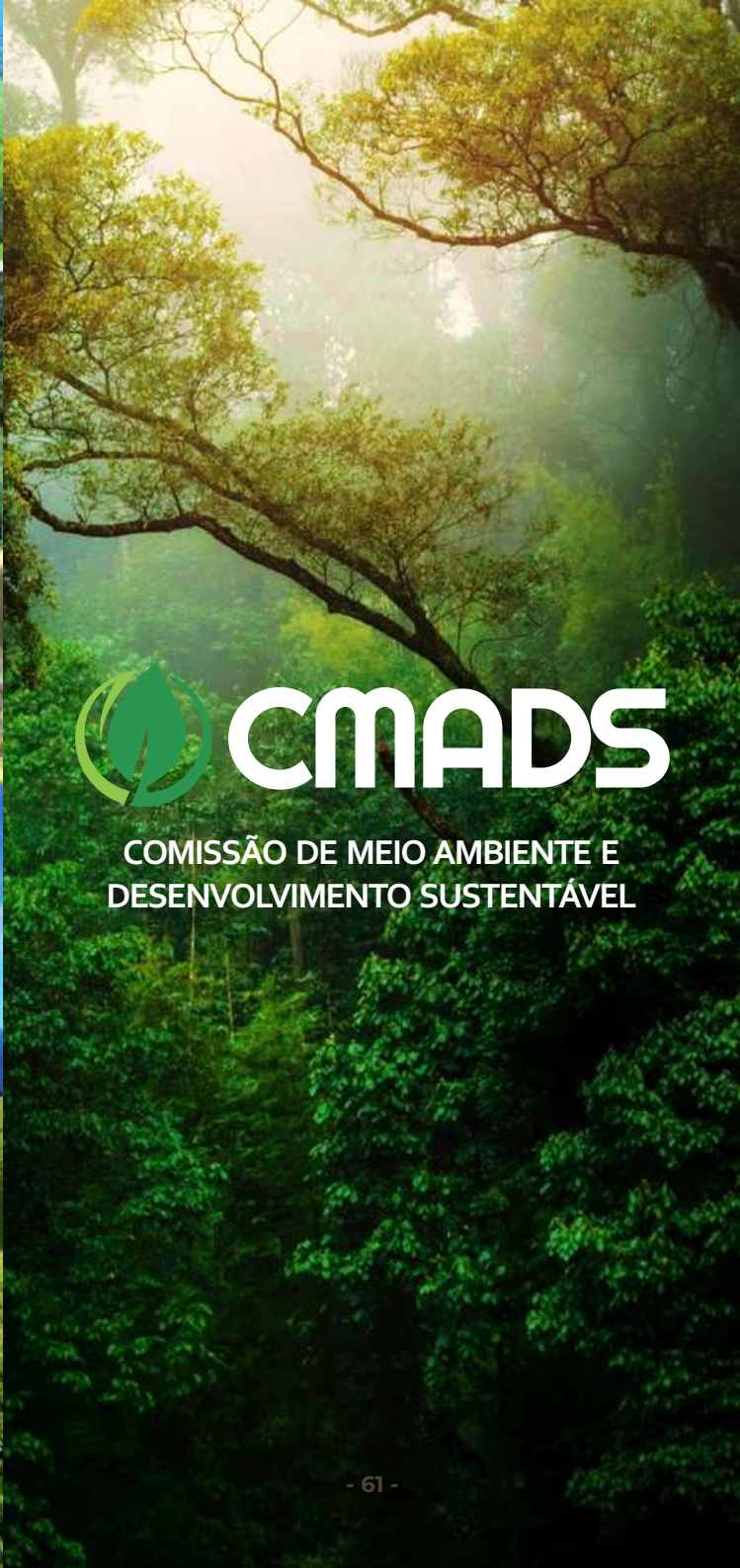
Ele avaliou positivamente a participação dos parlamentares no encontro, visto que proporcionará o

avanço de projetos de proteção ao meio ambiente na Câmara dos Deputados além de, segundo Agostinho, ter ajudado a reduzir a imagem negativa do Brasil no exterior.

A COP26 foi finalizada com um texto aprovado por seus quase 200 países-membros, após algumas suavizações nos termos do acordo e um pedido de mudança de última hora feito pela Índia. Pela primeira vez, o documento prevê a redução gradativa dos subsídios aos combustíveis fósseis e do uso do carvão.

Além dos trechos incluídos sobre os combustíveis fósseis, a COP26 finalizou o livro de regras do Acordo de Paris e os pontos que estavam em aberto, como o artigo 6º, que se refere ao mercado de carbono. As nações se comprometeram a investir U\$S 100 bilhões por ano até 2025 para financiar medidas que evitarão o aumento da temperatura.

1. Citados em: Mehling, Michael A. "Advancing International Cooperation under the Paris Agreement: Issues and Options for Article 6." Discussion Paper ES 2021-10. Cambridge, Mass.: Harvard Project on Climate Agreements, October 2021. Disponível em: https://seors.unfccc.int/applications/seors/attachments/get_attachment?code=6QDJXUOACCRJ3ERZI4MWEUASK197FGRO. Acesso em: 15 de dez. 2021.
2. Posteriormente disponibilizada em: <https://www.youtube.com/watch?v=3i4o7vy5jvU>. Acesso em: 15 dez. 2021.
3. Confira-se, por exemplo, o histórico das submissões do Brasil ao Subsidiary Body of Scientific and Technological Advice (SBSTA, órgão de assessoramento técnico para as decisões da Conferências das Partes) referidas em: <https://oeco.org.br/reportagens/brasil-tenta-regular-novo-mercado-de-carbono/>. Acesso em: 15 dez. 2021.
4. Cf. Mehling, 2021. A demanda sobre créditos remanescentes também foi amplamente noticiada (cf., por exemplo, https://oglobo.globo.com/mundo/mercado-de-carbono-aquece-enquanto-brasil-acusado-de-travar-regulamentacao-global-25020748?utm_source=Twitter&utm_medium=Social&utm_campaign=O%20Globo
5. A lista completa das decisões da COP-26 pode ser encontrada em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/conferences/glasgow-climate-change-conference-october-november-2021/outcomes-of-the-glasgow-climate-change-conference>
6. Cf., por exemplo, o reconhecimento da maior organização de acompanhamento dos mercados de carbono florestais do mundo, a Forest Trends, disponível em: <https://www.ecosystemmarketplace.com/articles/article-6-and-its-glasgow-rulebook-the-basics/>.
7. Veja-se, por exemplo, a discussão correlata sobre as regras detalhadas do mecanismo de "ajuste de fronteira" (ie, a taxa de importações de países com produção mais intensiva em carbono e não precificada) recentemente aprovado pelo Parlamento Europeu: a produção brasileira de aço, que usa mais carvão vegetal oriundo de reflorestamento, poderia se tornar mais vantajosa em termos relativos que a de outros países que usam carvão mineral, a depender da possibilidade de contabilização das emissões em todo o ciclo de vida da produção. Cf. <https://valorinternational.globo.com/economy/news/2021/07/14/brazils-steel-more-vulnerable-to-eu-carbon-tax.ghtml>



CMADS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL